



JORNAL DE DEBATES

RIO - SÃO PAULO - 14 a 20 DE MARÇO DE 1973 - ANO XXIII - Nº 4 - Cr\$ 2,00

**LIMEIRA TEJO REVELA
OUTRAS FACETAS DO
"MILAGRE BRASILEIRO"**

**NÉLSON BRITTO CONTINUA
DISSECANDO A MÁFIA
DOS LABORATÓRIOS**

**MILTON S. PASSOS DÁ NOME
DE POSTULANTES À
SUCESSÃO DE NATEL**

**200
MILHAS
EUA FORAM
OS PRIMEIROS**

**ESTATÍSTICAS
OFICIAIS
DEMONSTRARAM
QUE:**

**PRODUÇÃO DO
NORDESTE
AUMENTA MAS SEU
POVO ESTÁ
MAIS POBRE**

**RUI BARBOSA:
ALTIVEZ DE ONTEM
REVERENCIADA PELA
"NOBREZA" DE HOJE**

DEMOCRACIA EMOCIONAL

1 A Revolução de 30 marca, entre nós, a passagem da pseudodemocracia para a "democracia emocional": uma mudança que, no entender de Mannheim, ocorre sempre para pior, de vez que substitui — no processo político — o elemento racional pelo irracional. Reconhece o autor de *Freedom and Planning* que, no velho falso regime de oportunidades iguais para todos, só a um pequeno grupo — acomodado e culto — era concedido o poder. Mas observa que, dentro desse quadro — teoricamente igualitário e discriminatório na prática — a grande massa podia elevar-se até, pelo menos, a proximidade da área dirigente e influir, pelo crescente peso numérico do sufrágio universal, nas decisões da cúpula.

Paulatinamente, embora, o voto ia forçando a sociedade a distender-se, criando as condições para o exercício de direitos que a lei liberal assegurava "em princípio", mas que — não levando em conta as diferenças sociais — tornava injusta a igualdade perante ela. (Ironicamente, Anatole France observou que é proibido — aos ricos, como aos pobres — dormir em baixo das pontes). Já sob o manto da *Stimmungsdemokratie*, numa ordem de coisas aparentemente mais popular — por envolver propagandisticamente mais amplos setores da coletividade — enfraquece-se a pressão dos interesses objetivos da maioria. Então, os antigos choques entre necessidades gerais e privilégios de grupos — cujo resultado era sempre um maior progresso democrático — se transformam num jogo de sentimentos que desvia a atenção do povo dos problemas fundamentais do seu bem estar.

O Sistema se torna demagógico na base e paternalista no vértice da pirâmide e, sendo a irracionalidade a mesma — tanto em cima como embaixo — não existe diferença essencial entre a política dos que atacam os problemas a caneladas e a dos que lhes aplicam água-de-maravilha curativa. Na verdade, quando o governo se põe a distribuir sanduíches no circo, dando barato ao povo o que custa caro à economia — ampliando por decreto a área social dos benefícios da riqueza, elevando compulsória e anti-rentavelmente os salários, controlando preços e juros na faixa dos efeitos — age tão emocionalmente quanto os que, do outro lado da cerca, acendem o estopim dos explosivos sentimentos coletivos.

2 O demagogo não é um agitador revolucionário, mas um aproveitador político — inclusive quando se encontra no poder — das dificuldades do seu próprio círculo social. Daí não se ter notícia de um só que tenha saído da ralé. Catilina e Cícero eram farinha do mesmo forno, acontecendo apenas que o "abusador da

paciência" do leão do Senado romano se derramava pelos rasgões do saco. Hitler, que poderia ter sido uma exceção — por ser um homem do povo — não se tornou *fuehrer* da Alemanha como "proletário interno", mas como um catalizador das emoções populares a serviço dos grupos industriais cujos negócios de armamento o Tratado de Versaillles havia proibido.

Aliás, não precisamos sair de casa para demonstrar que a demagogia é um fenômeno relacionado com o desequilíbrio das estruturas tradicionais. No Brasil, durante os quase vinte anos de vigência da Constituição de 1946, não houve um só chefe populista que não pertencesse à área social dominante, por herança oligárquica ou qualquer forma de agregação. Isso se explica porque, entre nós, negro não vota em negro, nem operário em líder sindical. (A demagogia é, sempre, uma açulção (eleitoreira). Na verdade a nossa *Stimmungsdemokratie* se apóia, principalmente, num hábito — criado pelas relações da sociedade patriarcalista: o de a grande massa esperar tudo da magnanimidade dos superiores e de só confiar, portanto, nos que tenham poder — ou pareçam ter — para cumprir as promessas.

Assim, o processo que a democracia emocional arremata é, também, o da criação de vácuos que a demagogia procura preencher. Então, a "luta do povo" passa a travar-se em teatros cada vez mais distantes do círculo das verdadeiras necessidades coletivas. Engrossa sempre a corrente dos interesses sem nenhuma influência na conceituação e consecução do bem comum. Alarga-se constantemente a frente das aspirações populares a que a organização partidária e o sistema eleitoral não dão oportunidade a que se manifestem através do voto.

Esse setor "desabrigado" da opinião pública ainda é propenso a emocionar-se, mas de maneira democraticamente negativa. Quer dizer, sem instrumentos de expressão política, acabará se transformando num coro de rãs a pedir um rei. De que votar já é, para a grande massa, gasto de cera em velório de defunto ruim, temos a prova no fato de mais da metade do eleitorado não comparecer aos pleitos, colocar na urna a cédula em branco ou anular, propositadamente, o sufrágio.

No caso das nossas chamadas crises institucionais, só a análise de fenômeno psicológica. Nenhum desses problemas — envolvendo, todos, a criação de uma nova ordem de relações — foi trazido por estranhos vindos dos espaços siderais num carro de fogo. Não há um só que não se tenha produzido no bojo da nossa exis-

tência mesma e por força de circunstâncias que um observador contemporâneo não poderá identificar totalmente nos quadros da sua época.

3 Já salta aos olhos o fim da capacidade da "democracia emocional" para tentar salvar, com as fórmulas paternalistas, as aparências de racionalidade do liberalismo. As águas, ainda misturadas na superfície, estão nitidamente divididas no fundo. Não temos mais tempo, portanto, para tomarmos decisões nos termos de uma "transformação ordeira", como é colocada pelos estereis bate-bocas entre editoriais saudosistas e portarias de emergência.

Nesta altura dos acontecimentos, não cabem mais panos mornos e meias medidas. Amplia-se e se aprofunda constantemente o conflito entre a nova filosofia do poder público e os velhos princípios de uma ordem de desigualdades. Hoje em dia, a luta entre necessidades gerais e interesses privados — embora não tenha perdido o caráter de uma guerra permanente entre possuidores e despossuídos — é mais um choque, no plano visível do desenvolvimento da sociedade, entre os esquemas organizacionistas produzidos pela revolução tecnológica e o salve-se-quem-puder da livre iniciativa.

Na mesma hora, porém, surge um perigo maior do que todos os criados pela prosperidade à la diable: o da formação de sistemas de poder nu e cru. E, no pé em que ainda estão as coisas no Brasil — cuja população, na sua grande maioria, é marcada pela pobreza, a doença e o analfabetismo — a quase única alternativa para *laissez passer* é ON NE PASSE PAS! E certo que estão grandemente diminuídas, no nosso tempo, as oportunidades históricas para o estabelecimento de tiranias ostensivas. E mais efetiva, nos dias atuais, vigilância da opinião mundial, apesar de gravemente ferida — em todo o planeta — a liberdade de informação. Mas, não nos iludamos. Embora as circunstâncias se tenham conjugado para tornar a sociedade humana mais resistente aos males políticos despóticos, muita água ainda correrá debaixo da ponte, antes que se crie — na faixa da explosão das civilizações verdes — uma consciência coletiva determinadamente contrária às soluções de força. E uma dessas soluções — a que, de maneira nenhuma, podemos fugir — é uma faca de dois gumes: a planificação econômica.

Se continuarmos apelando para medidas paternalistas de distribuição da renda,

— que apenas caíam os túmulos — jamais poderemos deter o processo em virtude do qual a riqueza se concentra. E o risco não é só o de aumentar o ritmo de expansão da escória da nação, mas também o de se transferir — para centros no exterior — o poder de decisão das tradicionais minorias dominantes. Essas minorias, como os donos de escravos da área açucareira — cujo último "bom negócio", às vésperas da Abolição, foi o de vender os negros para os cafezais paulistas — já chegaram a um ponto em que só podem evitar a ruína alienando as suas empresas ou as "conglomerando" com organizações estrangeiras.

4 O verdadeiro desafio a que temos de responder, que envolve o destino da própria minoria dona dos meios de produção, é o de alargarmos aceleradamente a área de impacto do progresso do País. Só assim integraremos no processo da civilização brasileira mais da metade da população que não produz, não consome, não se comunica, não tem escolas nem saúde, mesmo quando se diz que ocorrem milagres. À medida em que esses cinquenta milhões de marginais forem sendo libertados da miséria a que os sujeita uma primitiva economia de subsistência — e a nação "ativa" não tem mais condições para carregar às costas tão esmagador peso morto — irá se formando a pressão que fará desabarem as velhas e, até hoje, inabaláveis estruturas.

Já não nos podemos apegar a processos gradualistas de desenvolvimento, pois se criam constantemente novas necessidades sociais antes que seja dada satisfação às velhas. Num continente como o nosso, economicamente vazio na sua maior parte e como a correção de recursos e exigências de desenvolvimento são complexas demais para serem deixadas a cargo do lento — embora progressivo — funcionamento do sistema.

Todos os problemas a enfrentar, englobando hábitos antieconômicos de minorias que sustentam estruturas arcaicas — e nelas se sustentam — se constituem num desafio igual ao da Hidra, que só podia ser morta se todas as suas cabeças fossem cortadas de um só golpe. O importante é encontrar uma maneira de intervir no processo sem dar pretextos a que essa intervenção resulte num desprezo ao princípio segundo o qual as instituições políticas e os planos de desenvolvimento são feitos para o povo, nunca para os grupos. E como, até hoje, não foi achada a fórmula que concilie as imposições da Planificação e os imperativos da Liberdade, não vai ser fácil evitarmos de cair no forno ao sairmos da estufa. Mas não é impossível, desde que pensemos mais em termos de riqueza nacional do que em progresso através de medidas que concentrem a renda

NOVOS ESCRAVOS

A Amazônia sempre foi tida como uma espécie de terra-de-ninguém. Em meados do século passado, os Estados Unidos planejaram ocupá-la com os seus incômodos negros. Em 1919, por ocasião da Conferência da Paz — reunida em Genebra — Woodrow Wilson, presidente norte-americano, apresentou pessoalmente uma proposta de internacionalização da vasta região. Em 1928, empresas estrangeiras de mineração fizeram outra arremetida, chegando mesmo a obter contratos de concessão que implicavam, praticamente, numa alienação daquela imensa parte do nosso território.

São inúmeras as tentativas feitas no sentido de arrancar do Brasil a mais vasta porção do seu território, sendo a mais perigosa de todas — porque contou com o beneplácito do governo Dutra — a que se disfarçava com a criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica. (O pro-

jeto do Executivo, nesse sentido, nem chegou a ser discutido no plenário do Congresso, devido ao denodado combate que lhe moveu o ex-presidente Arthur Bernardes, então deputado federal). O fato mesmo é que já a luta de Plácido de Castro, no Acre, foi contra a invasão que estava realizando poderoso consórcio estrangeiro mancomunado com inescrupulosos dirigentes bolivianos. Há mesmo quem afirme que compramos a área à referida organização e não propriamente à Bolívia.

Além de ser alvo de uma sistemática cobiça internacional, a Amazônia tem sido teatro da mais desbragada exploração do homem pelo homem. Os mármores de Manaus custaram o sangue e o suor de milhares de nordestinos atraídos pelas notícias de riqueza, fácil dentro da selva. E durante a última conflagração mundial, foi mobilizado por Valentim Bouças o

Exército da Borracha, mediante "comissão por cabeça", como se tratasse da organização de um rebanho de gado. Os "soldados" nunca entraram em ação, mas ficaram perdidos, feridos e mortos na batalha do abandono que tiveram de livrar. O governo pagou a "taxa de arremetida" aos sinistros empreiteiros da mão-de-obra nordestina e, depois, teve de resolver o problema social criado pelo fracasso da operação.

Agora, com um sistema de telecomunicações cobrindo todo o País, foi preciso que o presidente da República visitasse o Amapá para se ficar sabendo que, na selva amazônica, o homem continua sendo o lobo do homem. Por que só se pode tomar conhecimento do estado de servidão em que vivem milhares de trabalhadores brasileiros quando o chefe da Nação o descobre? Qual a razão de o sr. Ludwig — dono das terras onde se verificou o escândalo — poder tranquilamente fundar o seu empreendimento não só no aviltamento da mão-de-obra como, também, na degradação de uma pessoa humana?

Segundo uma reportagem da revista *Realidade*, o sr. Ludwig sabe do poder de corrupção que tem o dinheiro e da fraqueza do caráter dos que estão em posição de traficar influência. Temos de concordar com essa observação, pois não se pode explicar como um projeto vinculado aos planos do Ministério do Interior — sujeito, portanto, a uma permanente fiscalização — possa ser executado com desprezo absoluto da política social do governo.

Não podemos largar à própria sorte, sob condições desumanas de trabalho a milhares de brasileiros que só têm a esperança de se fazerem ouvir quando, acidentalmente, o presidente da República se torna uma testemunha da exploração de que são vítimas. Se o Ministério do Interior não dispõe de instrumentos para forçar o respeito às nossas leis, então que sejam criados. Se os tem, está na hora de responsabilizar os que — por incompetência, falta do senso do dever e, possivelmente, por corrupção — não fazem uso dos poderes para impedir que os Ludwigs lucrem com a miséria do povo.



Embora seja um produto essencial:

Leite não entra na alimentação do povo

De que o nosso povo é subalimentado, ninguém tem dúvidas. Até o Ministro da Saúde, Mário Machado de Lemos, reconheceu o fato recentemente, quando, referindo-se ao grande índice de desidratação infantil, disse que o problema não era de área de saúde, mas de alimentação.

O porquê da subalimentação também

não é mistério. Mas nunca é demais mostrar os fatos pois alguns tentam esconder a verdade, dizendo que o brasileiro não sabe comer, quando na realidade a maioria do povo não pode comer.

Tomando-se por base dados de órgãos oficiais brasileiros (FGV e IBGE) e de organismos internacionais (FAO) chega-se à conclusão de que só mesmo por milagre ainda muitos conseguem sobreviver.

LEITE, ALIMENTO BÁSICO

O leite é um dos alimentos considerados básicos na nutrição humana, principalmente das crianças. Recentemente, o litro do produto teve um pequeno aumento de 12 por cento, acompanhando a taxa inflacionária determinada pelo Presidente da República.

Segundo as normas da FAO, o consumo mensal do indivíduo adulto deve ser de 15 litros de leite por mês. Os nutricionistas consideram necessário o consumo mínimo médio de 400 gramas de leite diário, por cada pessoa. O brasileiro consome somente, em média, 100 gramas por dia.

Gostando ou não de leite, pelos dados oficiais (FGV e IBGE), pode-se observar que o brasileiro não tem condições de consumi-lo na quantidade mínima essencial. O quadro I mostra o preço do litro de leite antes do aumento, o preço atual, quanto será necessário para cada pessoa consumir o produto, atendendo às normas de nutrição, e o salário mínimo de cada região:

QUADRO I: PREÇO DO LEITE E SALÁRIO-MÍNIMO

REGIÃO	PREÇO ANTIGO litro (1)	PREÇO C/12% litro	VALOR 12 LITROS: Consumo mínimo necessário/mês	SALÁRIO MÍNIMO (2)
Porto Velho	1,60	1,79	21,48	206,40
Rio Branco	1,00	1,12	13,44	206,40
Manaus	1,40	1,56	18,72	206,40
Boa Vista	2,00	2,24	26,88	206,40
Belém	1,32	1,47	17,64	206,40
Macapá	1,50	1,68	20,16	206,40
São Luís	1,20	1,34	16,08	182,40
Teresina	1,12	1,25	15,00	182,40
Fortaleza	0,89	0,99	11,88	182,40
Natal	0,90	1,00	12,00	182,40
João Pessoa	1,00	1,12	13,44	182,40
Recife	0,85	0,95	11,40	206,40
Maceió	0,85	0,95	11,40	182,40
Aracaju	0,77	0,86	10,32	182,40
Salvador	1,28	1,43	17,16	206,40
B. Horizonte	0,80	0,89	10,68	268,80
Vitória	0,80	0,89	10,68	225,60
Niterói	0,76	0,85	10,20	268,80
RJ (GB)	0,76	0,85	10,20	268,80
São Paulo	0,79	0,88	10,56	268,80
Curitiba	0,77	0,86	10,32	249,60
Florianópolis	0,81	0,90	10,80	249,60
Porto Alegre	0,74	0,82	9,84	249,60
Cuiabá	0,80	0,89	10,68	206,40
Goiânia	0,80	0,89	10,68	206,40
Brasília	0,80	0,89	10,68	206,40

(1) - IBGE: Inquérito Nacional de Preços. (Nov. 72) - preço médio.
(2) - IBGE - Anuário Estatístico/72.

Pelo quadro I, pode-se observar que nas regiões onde o nível de renda é menor, o preço do leite é mais caro.



A FAMÍLIA BRASILEIRA

Pelo Censo de 1970, sabe-se que a média da família brasileira é formada de quatro pessoas. E também que a maioria dos brasileiros têm uma renda baixa — 28,6% da população tem renda mensal inferior a Cr\$ 99,00 e 86,7% recebem menos de Cr\$ 466,00 por mês (quadro II).

Se a média da família brasileira é com-

posta de quatro pessoas, isto significa que para atender às normas essenciais da alimentação, uma família tem de consumir 48 litros de leite por mês. Baseando-se no teto do produto na Guanabara, por exemplo, onde o preço é um dos mais baixos, observa-se que uma família necessitará, com o "insignificante" aumento de 12%, de Cr\$ 40,80 só para comprar o leite. Se,

a grande maioria da população recebe menos de Cr\$ 466,00, deverá gastar quase 10% somente para adquirir esse produto.

No Norte-Nordeste, o caso ainda é mais sério. Tomando-se como exemplo Boa Vista, onde o salário mínimo é de Cr\$ 206,40, uma família de quatro pessoas necessitará de Cr\$ 107,52 para consumir o mínimo indispensável de leite.

COMER COMO?

Mas o leite não é o único produto essencial à nutrição do indivíduo. Existem outros também necessários e a alimentação é um dos itens mais caros do orçamento familiar.

Um estudo do DIEESE — órgão de estatística dos sindicatos de São Paulo — revelou que em 1968 o trabalhador de salário mínimo gastava 7,5 dias de oito horas de trabalho para comprar os 22 produtos básicos da alimentação. Em 1970 a necessidade era de 8,7 dias de oito horas. Em outubro de 1971, a família paulistana média necessitava de empregar quase Cr\$ 54 semanais em alimentação. Isto só para o essencial à sobrevivência. Nessa época o salário mínimo era de Cr\$ 225,60. Para comer o essencial, o trabalhador teria de gastar por volta de Cr\$ 216,00 por mês.

O quadro III mostra os alimentos e as quantidades mínimas necessárias para a sobrevivência de um homem adulto.

No caso do leite, os produtores acreditam que com o aumento de 12% e mais uma série de medidas complementares, especialmente o financiamento a longo prazo, o fornecimento de leite será em quantidade suficiente para o consumo. O produto poderá existir no mercado. Mas poucos poderão consumi-lo.

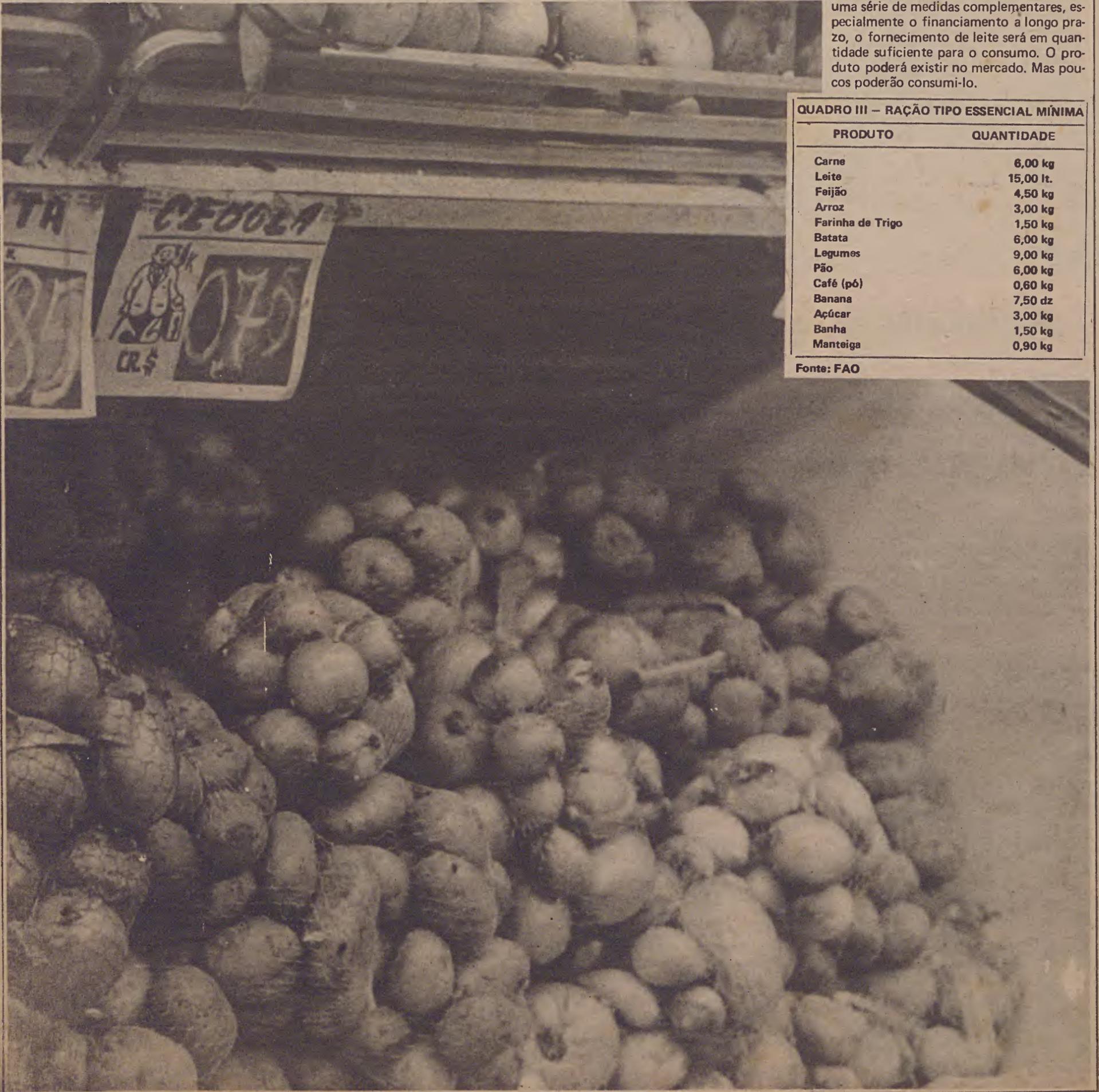
RAÇÃO TIPO ESSENCIAL MÍNIMA POR REGIÕES GEOGRÁFICAS (1) — DEZEMBRO DE 1971

REGIÕES PRODUTOS	QUANT.	NORTE		NORDESTE		SUDESTE		SUL		CENTRO-OESTE	
		Preço	PXQ	Preço	PXQ	Preço	PXQ	Preço	PXQ	Preço	PXQ
Carne	6,00 kg	6,51	39,06	5,92	35,52	6,00	36,00	6,03	36,18	5,08	30,48
Leite	15,00 L.	1,38	20,70	0,90	13,50	0,68	10,20	0,68	10,20	0,69	10,35
Feijão	4,50 kg.	1,99	8,96	1,38	5,2	1,49	6,71	1,44	6,48	1,52	6,84
Arroz	3,00 kg.	1,74	5,22	1,93	5,79	2,10	6,30	1,96	5,88	2,02	6,06
Farinha Trigo	1,50 kg.	1,78	2,07	1,48	2,22	1,32	1,98	1,33	2,00	1,52	2,28
Batata	6,00 kg.	1,89	11,34	1,09	6,54	0,73	4,38	0,52	3,12	1,04	6,24
Legume (*)	9,00 kg.	0,54	4,86	0,69	6,21	0,95	8,55	1,01	9,09	1,28	11,52
Pão	6,00 kg.	2,02	12,12	1,75	10,50	2,15	12,90	1,66	9,96	2,36	14,16
Café (pó)	0,60 kg.	5,05	3,03	5,09	3,05	5,20	3,12	5,09	3,05	5,74	3,44
Banana	7,50 dz.	0,72	5,40	0,79	5,93	0,80	6,00	0,57	4,28	0,86	6,45
Açúcar	3,00 kg.	1,65	4,95	1,22	3,66	0,99	2,97	1,08	3,24	1,19	3,57
Banha	1,50 kg.	4,43	6,65	4,55	6,83	3,79	5,69	3,57	5,36	4,30	6,45
Manteiga	0,90 kg.	10,71	9,64	10,19	9,17	10,03	9,03	11,67	10,50	10,40	9,36
TOTAL			134,60		115,13		113,83		109,34		117,20

QUADRO III — RAÇÃO TIPO ESSENCIAL MÍNIMA

PRODUTO	QUANTIDADE
Carne	6,00 kg
Leite	15,00 lt.
Feijão	4,50 kg
Arroz	3,00 kg
Farinha de Trigo	1,50 kg
Batata	6,00 kg
Legumes	9,00 kg
Pão	6,00 kg
Café (pó)	0,60 kg
Banana	7,50 dz
Açúcar	3,00 kg
Banha	1,50 kg
Manteiga	0,90 kg

Fonte: FAO



(2ª de uma série)

Mafiosos da indústria farmacêutica americana ameaçam saúde mundial

Nelson Britto

Já demonstrado que os doentes são espoliados, envenenados e freqüentemente até mesmo assassinados impunemente pelos mafiosos que dominam o monopólio da indústria farmacêutica estrangeira, notadamente dos Estados Unidos, voltamos hoje ao assunto com mais dois espantosos exemplos: um diretamente relacionado com a **Talidomida**, soporífero (hipnótico) que provocou uma torrente de monstruosas deformações em nascituros, nos quatro cantos da Terra; o outro análogo ou talvez ainda mais deplorável, está circunscrito ao uso do **Chloromycetin**, antibiótico amplamente recomendado pelos fabricantes, para o tratamento de infecções acompanhadas de estados febris e outras enfermidades **Rickettsial**.

Que não se espantem os leitores, mas o **Chloromycetin** (Cloromicetina entre nós) foi introduzido no mercado norte-americano pelo laboratório Parke Davis, com transgressão preconcebida de todas as normas legais e burlando os rigores exercidos por todas as repartições de saúde. O resultado foi calamitoso: muita gente morreu e milhares de enfermos tiveram seus males agravados em termos irreversíveis. O produto fatal foi, embora um pouco tarde, retirado do mercado consumidor e teve sua fabricação proibida. Mas aqui na América do Sul, destacadamente no Brasil, vende tanto quanto **Melhoral**, **Cibalena** e outros perigosos comprimidos que atacam o sistema circulatório e têm feito deixar de bater, prematuramente, muitos corações. Em qualquer farmácia de subúrbio, qualquer criança adquire o produto sem necessidade de receita médica. A máfia aqui age à vontade.

A TALIDOMIDA

Há mais de dez anos se investiga sobre o desastre provocado pela **Talidomida**, produto recomendado à classe médica dos Estados Unidos, em 1960 — para testes clínicos — pelo laboratório Richardson-Merrel Inc. Lá, a tragédia não foi maior porque, mesmo tentando ludibriar as repartições sanitárias, com recomendações cavilosas e publicidade de pura mentira, os gangsters foram compelidos a suspender sua fabricação, e o produto não chegou, desse modo, ao mercado consumidor. Criminosos potenciais que são, somente sensíveis aos lucros fáceis e astronômicos, os dirigentes da empresa não consideraram a batalha perdida e inundaram o resto do mundo com o **Kevadon** (marca dos fabricantes da droga maldita). Um ano depois as agências noticiosas começaram a divulgar o nascimento de criaturas com deformações monstruosas, em todos os continentes, principalmente na América Latina e em vastas regiões da Ásia. Mas uma coisa é certa, sabida e comprovada: foram os próprios norte-americanos, notadamente as mulheres, as primeiras cobaias humanas e, por extensão, as primeiras vítimas da **Talidomida**. Foi por isso que a opinião pública de lá, solidária à avalanche de protestos que eclodiam no resto do mundo, solidarizou-se para arrancar do Congresso uma legislação mais ampla, dinâmica e corretiva, no sentido de conter o gangsterismo reinante na indústria farmacêutica do grande país.

CHLOROMYCETIN

Voltando ao **Chloromycetin**, cujo no-

me genérico é **Cloranfenicol**, e nas farmácias de todo o Brasil popularizou-se como **Cloromicetina**, vai aqui o nosso aviso de advertência: evite essa droga mesmo que o médico seja um velho amigo da família e dos mais competentes. Se ele a recebeu foi, sem dúvida, induzido pela publicidade enganosa, encomendada pelo laboratório, a peso de ouro, justamente para incutir em seu cérebro a convicção de que está fazendo o melhor, mais certo e mais apropriado. Lembre-se que mais de 300 mil médicos norte-americanos já se insurgiram contra os métodos de publicidade e da literatura que os fabricantes de drogas utilizam para popularizar e forçar a venda de seus medicamentos, entre os quais se incluem, dentre outros, a **Talidomida** e o **Chloromycetin**, ambos responsáveis por enormes tragédias no seio da humanidade.

OS EFEITOS

Antes de mais nada convém realçar que o emprego do **Chloromycetin**, do mesmo modo ocorrido com a **Talidomida**, começou a alarmar, há bastante tempo, as autoridades médicas de várias nações, inclusive dos próprios Estados Unidos, onde se constatou com provas mais que abundantes, que seu emprego, mesmo metódico, tem provocado e continua provocando uma série de **discrasias sanguíneas** (perturbações definitivas da constituição de líquidos orgânicos, notadamente no sangue) e, o que é mais grave, também **anemia aplástica**, enfermidade que reduz consideravelmente as possibilidades de salvação dos pacientes. Para alguns clínicos mais otimistas, o índice de mortalidade dessa perigosa anemia, resultante do uso da droga, atinge cerca de 50 por cento dos casos constatados. Ainda mais temeroso para os médicos é o fato de que todas as longas pesquisas já realizadas com o objetivo de determinar o grau de susceptibilidade dos enfermos ao medicamento resultaram inúteis. Nem mesmo os gangsters responsáveis pela fabricação do mortífero antibiótico conseguiram uma resposta positiva a esse respeito. E enquanto ela não vem, eles continuam saturando os mercados consumidores, interno e externos, com seu produto fatal. É um procedimento criminoso que ultra-

passa as raias da crueldade. Mas que fazer, eles são assim mesmo, pensam exclusivamente em grandes lucros, pouco se lhes importando que para obtê-los seja necessário o sacrifício de milhares ou de milhões de criaturas humanas.

É OFICIAL

As informações que estamos prestando aos leitores do JD não foram colhidas ao acaso ou em fontes duvidosas, são todas oficiais, portanto desafiam contestações. Dispomos, inclusive, da única cópia existente no País, do relatório da Subcomissão do Senado dos Estados Unidos, que investigou de 1957 a 1963, o comportamento, os métodos de ação, a avidez de lucros fáceis e as desgraças impingidas ao povo norte-americano pelos trustes e monopólios lá mesmo instalados. E estamos em condições de afirmar que todos os membros da Subcomissão ficaram alarmados, mais amplamente, com o procedimento criminoso, anti-social e predatório da indústria farmacêutica. Indústria esta que representa um monopólio multinacional dos mais perniciosos para a existência humana. O truste dos laboratórios dos EUA, já está amplamente comprovado, dita preços exorbitantes no mercado mundial de remédios, elimina todos os concorrentes, como fez aqui no Brasil, enferma pessoas curáveis, de maneira irreversível e, finalmente, deforma e mata. Tudo faz em detrimento da vida e da saúde coletiva.

NO BRASIL

Em países como o nosso, onde praticamente não se fiscaliza a ação de tais grupos monopolistas, eles agem à vontade. Ditam os preços, introduzem no mercado medicamentos proibidos (a **Talidomida** foi um caso) e promovem, como o fizeram, o desaparecimento total dos concorrentes nativos. O que nos resta em matéria de indústria farmacêutica? Nada, evidentemente. Mas tínhamos uma razoável quantidade de laboratórios, não é verdade? Por que fecharam, faliram e foram forçados a ceder à antropofagia dos gangsters da indústria estrangeira? As

respostas a estas indagações estão implícitas na própria legislação brasileira, que permite todas as facilidades e ainda concede direitos especiais aos grupos monopolistas de fora, data vênica do Doutor Wilson Sousa Aguiar — atual presidente da Central de Medicamentos — à pouca importância que nós próprios temos dado aos problemas fundamentais de saúde pública. Agora, pelo menos em tese, temos um grande laboratório, que é a recém-criada Central de Medicamentos. E Sousa Aguiar, para alegria do povo marginalizado em suas necessidades mínimas, continua anunciando que o órgão que preside vai se transformar em breve na Petrobrás dos remédios. Vamos aguardar para ver, especialmente, se ele conseguirá apoio (como Osvaldo Cruz conseguiu do presidente Rodrigues Alves) para levar a cabo a tarefa gigantesca de nacionalizar a produção de medicamentos no País.

A ESPERA

Enquanto estivermos à espera do cumprimento da promessa de Sousa Aguiar, teremos que nos curvar aos caprichos dos grandes laboratórios estrangeiros — especialmente dos norte-americanos, que embora de certa forma contidos em seu país de origem, continuam inundando o mundo de drogas mortíferas e deformadoras. Há cerca de 50 anos — e ontem, menos que hoje — estamos sob esse jugo terrível. Agora ele é completo, compacto, total. O exemplo da Cloromicetina é um dado sombrio. Já em 1952, há 20 anos portanto, a Administração dos Alimentos e Remédios dos Estados Unidos proclamava-se alarmada com a torrente de informações recebidas de diversos pontos do país, dando conta de graves ocorrências resultantes dos efeitos secundários provocados em pessoas e crianças tratadas com o **Chloromycetin**. Médicos particulares e de clínicas oficiais faziam coro protestando contra a presença da droga no mercado. A maior ironia residia no fato de eles próprios, sob as pressões de uma publicidade fraudulenta e exagerada, terem receitado o medicamento para seus pacientes. Mas como nunca é tarde para se corrigir um erro, penitenciavam-se agora, antes que a droga produzisse um desastre maior. A situação tornou-se tão caótica que o órgão do governo determinou a suspensão de sua fabricação e comunicou ao Conselho Nacional de Pesquisa a providência preventiva tomada. Já, então, havia milhares de casos irremediáveis. Aqui no Brasil nem sequer chegou-se a tomar conhecimento do fato, e a droga, sem sofrer qualquer restrição prosseguiu sendo exposta e vendida como o melhor antibiótico do mundo. Até hoje continua assim. Só que hoje vende muito mais.

A FORÇA

O próprio governo dos Estados Unidos não ousa subestimar nem a periculosidade nem a força dos grupos monopolistas existentes no país, muito particularmente a máfia da indústria farmacêutica. E lá há uma legislação capaz de pôr freios aos abusos dos gangsters, só que nem sempre essa legislação é respeitada por eles. Prova-o o fato de o **Chloromycetin**, depois de um breve período de recolhimento, ter voltado ao mercado consumidor. Só que, dessa vez, cercado de cuidados mais rigorosos, inclusive uma bula honesta que recomenda o seu emprego somente em casos graves e fatais. O governo também obrigou os fabricantes a advertirem os médicos e pacientes para a potencialidade dos seus efeitos danosos à saúde. Tudo isto precedido de editoriais, publicados pelas repartições sanitárias, escalarecendo os perigos que acarretava o emprego do medicamento. O consumo baixou, prontamente, em 90 por cento. Aqui no Brasil, entretanto, cresceu vertiginosamente. É o caos em matéria de saúde pública.



RUI BARBOSA :

O distanciamento histórico, para muitos dos atuais homens do poder, tem significado, ao invés de um importante elemento para a nítida compreensão do desenvolvimento dinâmico dos povos, um cômodo disfarce para misturar em um mesmo saco homens e fatos de posições totalmente conflitantes. E isto acontece todas as vezes que a história oficial necessita de heróis ou vítimas.

Agora mesmo, nas homenagens prestadas à memória de Rui Barbosa pela passagem do cinquentenário de sua morte, o que se homenageou na verdade foi um estereótipo de sua figura, e de sua obra foi preciso esquecer muita coisa para que não surgissem problemas, logo agora quando a imagem do Marechal Floriano ganha intensa força. Mas a História do Brasil não se intimidou em juntar dois inimigos como Floriano e Rui para criar a impressão de que no fundo todos são homens de bem.

O LIBERAL

Rui Barbosa era um liberal por excelência, e por isto mesmo só rompeu relações com o Marechal Floriano depois que se convenceu que nada faria o militar obedecer a Constituição. Dois dias depois de assumir a presidência no lugar de Deodoro, Floriano já dera provas suficientes a todos de que suas intenções eram bem outras que as expressas no manifesto ao País, onde afirma que "a Armada, grande parte do Exército e cidadãos de diversas classes promoveram pelas armas o restabelecimento da Constituição e das Leis suspensas pelo decreto que dissolveu o Congresso Nacional".

Porém, assim que Floriano se viu com o poder nas mãos, não hesitou em começar uma caçada às bruxas que levou vários governadores dos mais importantes Estados à demissão, mesmo os que o haviam apoiado contra Deodoro. Em seu lugar, Floriano colocava militares de sua confiança.

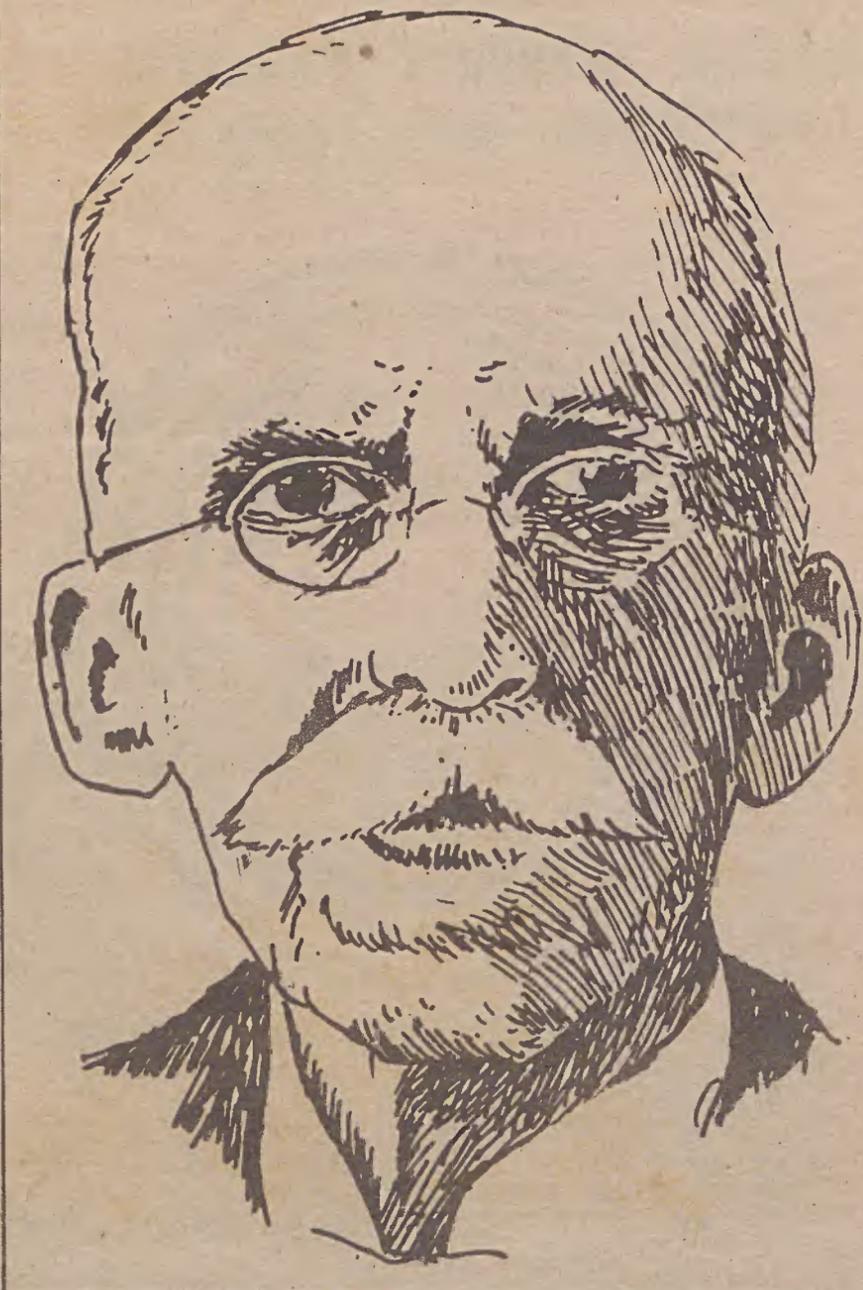
Isto foi bastante para despertar a ira de Rui Barbosa (e ele mesmo reconheceu-se irado), que passou a dirigir uma violenta oposição contra o que classificou como um regime que "aboliu a nossa humanidade e enlameou irreparavelmente nossa civilização". Foi neste período do governo de Floriano que Rui Barbosa se destacou como um dos políticos mais firmes e decididos e que sua obra registra as críticas mais duras contra o governo.

A grande diferença entre Rui e Floriano era a Lei. Rui Barbosa via na Constituição o caminho certo para o país e a colocava acima de qualquer interesse ideológico, enquanto Floriano se apresentava como a encarnação do Direito. Em sua famosa Oração aos Moços, Rui dizia aos jovens que se formavam em Direito: "Pensai bem que vos ides consagrar à lei num país onde a lei absolutamente não exprime o consentimento da maioria, onde são as minorias, as oligarquias mais acanhadas, mais impopulares e menos respeitáveis, as que põem e dispõem, as que mandam e desmandam em tudo; a saber: num país, onde, verdadeiramente, não há lei, não há, moral, política e juridicamente falando".

As lutas de Rui Barbosa pela Justiça ou a favor de uma renovação nas instituições marcam sua vida desde a juventude, quando era ainda um estudante. Mas nunca se disse um revolucionário. Era um progressista, um liberal, que acreditava nas leis acima de tudo como garantia da liberdade.

A LIBERDADE

O sentido da liberdade para Rui Barbosa era o próprio sentido da vida, e por isto sua grande luta contra a ditadura militar de Floriano, que suspendeu as garantias



ALTIVEZ DE ONTEM REVERENCIADA PELA "NOBREZA DE HOJE"

individuais para agir mais à vontade. E Rui, em carta a um amigo, dizia: "A liberdade em todas as suas manifestações, eis a meu ver, o instrumento fundamental de todo o progresso e de toda a moralização popular: a liberdade do voto e da palavra; liberdade de imprensa e da tribuna; liberdade do culto e do ensino; liberdade de crédito e das indústrias; liberdade do trabalho e da permuta, nacional e internacional".

E no período do governo de Floriano é que Rui Barbosa sofreu mais: "Nem sequer nos resta mais a liberdade parlamentar da palavra. Ela começa a sentir-se coata, na Câmara e no Senado, com a prisão dos que freqüentam as galerias dessas duas casas do Congresso, deixando transparecer simpatias pelos oradores opositores. Se o País continua a sancionar indefinidamente com sua resignação essas enormidades, a tarefa da oposição acabará por se tornar escusa e impossível. O cenário parlamentar não se criou para diversão de platéias indiferentes."

Até então as prisões só tinham alcançado os ouvintes dos debates parlamentares, mas logo em seguida, com o decreto do estado de sítio, do qual Rui Barbosa foi um ardoroso inimigo, acusando inclusive

o próprio Congresso de ter-se entregue à força de Floriano, as prisões atingiram os parlamentares. E também aí Rui Barbosa se desdobrou para conseguir, através de *habeas corpus*, a liberdade dos presos políticos.

Em seu argumento aos ministros do Superior Tribunal Federal justificando o pedido de *habeas corpus*, Rui Barbosa diz: "Ides decidir se entramos realmente, pelo pacto de 24 de fevereiro de 1891, no domínio de uma Constituição Republicana, ou se essa extraordinariedade apenas mascara a onipotência de mais uma tirania militar".

Mesmo no exílio, na Argentina, levado pelas perseguições que Floriano e seus seguidores desencadeavam contra os opositores, Rui não se calou e, em carta ao jornal *La Nación*, explicava a situação do Congresso em relação à ditadura de Floriano: "O Senado mandou uma comissão ao presidente da República solicitar-lhe ordens. Dessa generosa cordialidade nasceu o decreto legislativo do estado de sítio, ilimitado em suas faculdades, isto é, com o arbítrio conferido ao governo, de dispor de todas as garantias constitucionais que salvaguardam aos indivíduos a honra, a liberdade e a vida. E sob

este estado de sítio, o Congresso continuou funcionando como órgão de soberania nacional, multiplicando seus votos de adesão ao governo a que, previamente, delegara a faculdade de fulminar com suas iras os representantes da nação que não o apoiassem."

Mas a oposição de Rui Barbosa não se devia unicamente ao Decreto do estado de sítio, ele queria o pleno restabelecimento do estado de direito que estava cada vez mais longe. Quando o estado de sítio foi levantado Rui afirmou, ainda em correspondência com amigos, já que estava afastado do Brasil: "O estado de sítio não se levantou senão nominalmente, porque a sua continuação virtual o prolonga na impunidade assegurada aos façanhosos instrumentos dos crimes que à sombra daquela medida, na atmosfera da infecção moral que com ela se desenvolveu, aboliram a nossa humanidade".

E continuava também as críticas ao Congresso julgando-o co-responsável pela situação a que chegou o país: "De todos os estados de sítio têm abusado sucessivamente os governos republicanos, e todos têm sido absolvidos pela co-responsabilidade ou pela condescendência de nossas maiorias parlamentares solícitas sempre, com suas teorias acomodáticas, em fazer da Constituição Republicana toalha de mãos ao arbítrio do poder, tanto mais obedecido quanto mais desmandado."

Dirigindo-se aos juízes, em seus pedidos de *habeas corpus* para os presos políticos, pedia: "Senhores juízes, salvai, com a lei, a sociedade brasileira. Convençei-nos de que o regime constitucional não é um epigrama sarcástico. Livrai-nos da escravidão militar sob essa forma que desafia os mais abomináveis exemplos e faz da liberdade de todos os brasileiros joguete ridículo da vontade do poder executivo."

A IMPRENSA

Nesta luta pela liberdade, Rui Barbosa não esqueceu a posição da imprensa, e em uma de suas famosas conferências, *A Imprensa e o Dever da Liberdade*, denunciava à nação os escândalos que envolviam a imprensa. "Engrossa o escândalo geral de uma prostituição de consciências custeada às expensas do Tesouro Nacional ou dos Tesouros dos Estados para burlar a nação, endeusando os seus emporcalhadores e atassalhando com ultrajes inauditos os seus homens de honra."

Dizia ainda Rui Barbosa que a surpresa destes acordos entre o governo e alguns jornais "lampeja com uma claridade sinistra sobre o regime que ora se vai introduzindo no Brasil, de apagamento da consciência da nação pela imersão habitual do seu espírito e costumes na cultura da mentira."

A esses jornalistas Rui Barbosa não cansou de chamar de "mascates da palavra escrita", lembrando que "hoje em dia há galinheiros, pocilgas e estrebarias oficiais onde se amilham escritores". Mas suas acusações não se baseavam apenas em suposições ou desconfianças, mas em fatos reais, comprovados por documentos oficiais, onde as "subvenções" a jornais e jornalistas estavam escrituradas nas contas do Banco da República, garantindo desta forma os mais sólidos apoios à atuação dos governantes.

E essa briga de Rui Barbosa pela moralização da imprensa não se deu somente no governo de Floriano, mas também no de Campos Sales. Foi este presidente que depois de deixar o Catete, ao escrever suas Memórias, confessou, para se defender das acusações, que de fato gastara verbas do Tesouro Nacional em "subvenções" à imprensa, mas "não tanto quanto se dizia".

Em seu trabalho *Imprensa*, Rui cita as palavras do próprio Campos Sales: "Tenho em meu poder uma nota rubricada



por um dos ex-diretores do Banco da República detalhando as despesas mensais com o serviço de imprensa. Ora, em 1922 essas despesas foram consideravelmente reduzidas e a simples leitura dos jornais, sobretudo a escandalosa reviravolta que se operou na atitude de alguns deles em relação ao governo deixou ver com a maior evidência que as subvenções tinham quase cessado."

Tudo isto surpreendia Rui Barbosa, mas não uma surpresa mansa. Sua reação sempre foi das mais violentas e agressivas, pois o que mais lhe indignava era a falta de moral e o desrespeito à pessoa humana. E sempre se referia a esses jornalistas e escritores subvencionados pelo governo como "uma triste súplica, podre dos quatro costados, incapaz de distinguir Deus do diabo".

EXÍLIO

Depois da revolta da esquadra contra Floriano e o decreto de Estado de Sítio, as perseguições políticas aumentaram, e fizeram com que Rui Barbosa procurasse abrigo no estrangeiro. O asilo lhe foi negado pela embaixada da Inglaterra, mas o embaixador chileno lhe abriu as portas permitindo que, sob a proteção do seu governo, embarcasse em um vapor e seguisse para a Argentina, primeira escala de seu exílio. Em Buenos Aires, logo depois de sua chegada, escreve uma carta ao jornal *La Nación* explicando as razões do

exílio e esclarecendo a situação política no Brasil:

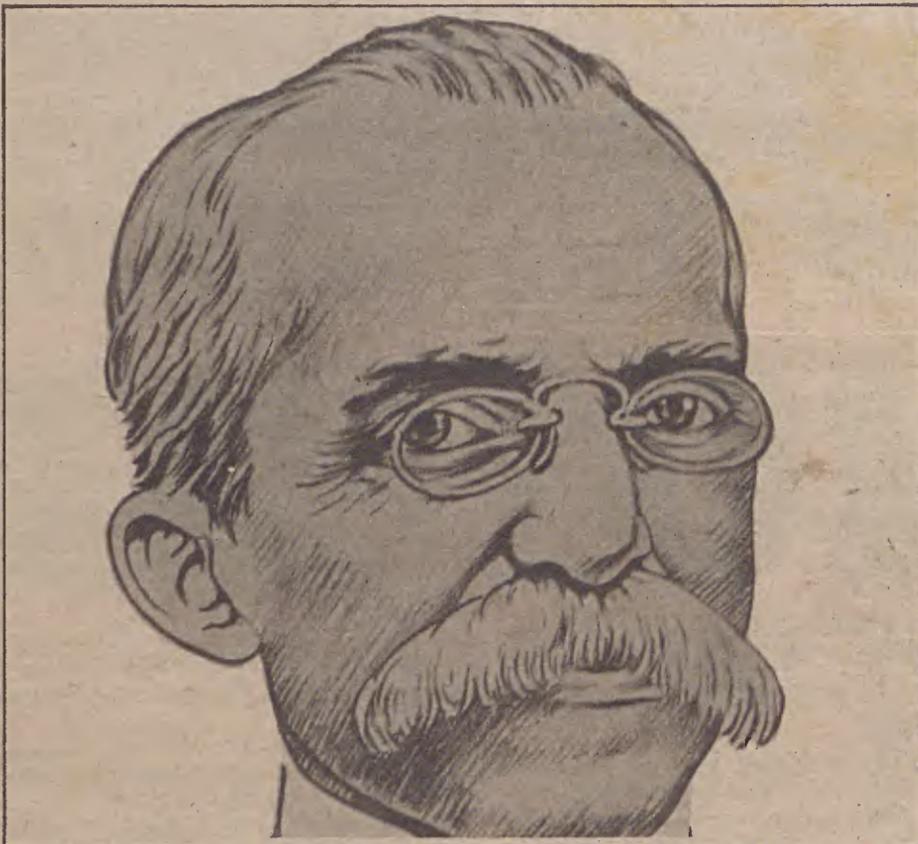
"O que atrofia a República Brasileira é a degeneração do governo nacional. O mal está nos centros orgânicos da União. E esse mal consiste na troca da soberania do povo pela soberania militar, na substituição da lei pela vontade de um homem. Foi contra esse flagelo que abri campanha implacável."

Isto foi bastante para provocar o marechal Floriano, que se vingou cassando-lhe o título de General de Brigada: "O vice-presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, considerando que o cidadão Rui Barbosa desonra esta distinção e esquece os deveres que o patriotismo impõe, constituindo-se no estrangeiro em difamador da pátria e de seu governo cuja reputação procura caluniar, resolve cassar as honras de General de Brigada que lhe foram conferidas em 25 de maio de 1890."

A resposta de Rui Barbosa não se fez esperar, e desta vez veio através de carta ao jornal *La Prensa*.

"A demência insondável que se apoderou do princípio de opressão no Brasil estampa-se no próprio texto desse decreto, onde o czar do Rio de Janeiro, reservando-se o arbítrio de conceder e subtrair honras militares, declarou ao mesmo tempo consistir essas honrarias no "maior prêmio que a pátria confere aos seus benfeitores". De modo que a pátria é o poder executivo, senhor absoluto dessas honras e, nesta república aos moldes das satrápias orientais, a mais alta recompensa que um cidadão pode aspirar é a de ser proclamado benfeitor da pátria pelo ditador com a colocação de honras militares."

De todas suas lutas, a que mais se destacou, sem dúvida, foi a Campanha Civilista, aberta para impedir a candidatura militarista às eleições presidenciais, e, em correspondência a seus amigos, Rui explicou o que significava o Civilismo: "Civilismo quer dizer ordem civil, ordem jurídica, a saber: governo da lei contraposto ao governo do arbítrio, ao governo da força, ao governo da espada, pois a espada enche hoje a política do Brasil".



Homenagem de D. QUINOTE ao seu excelso collega, palácio da Justiça.

Hotéis Comodoro

Supremos na arte de hospedar

São Paulo:

Av. Duque de Caxias, 525 — Tel. 220.1211.
136 apartamentos. Todos de frente. Geladeira. TV. "Convention Hall". Três bares. Restaurante. Copa 24 horas por dia.

Santos:

Praia do Gonzaga. Rua Jorge Tibiriçá, 44 — Tel. 4.0785.
Apartamentos para temporada e fins de semana. Todos de frente. Restaurante, geladeira e TV.



Na região nordeste do País, vivem mais de 30 milhões de brasileiros no mais baixo nível econômico do Hemisfério Ocidental, só comparável ao do Haiti, com uma renda per capita que mal chega aos 100 dólares, apesar de todas as manipulações da estatística do sr. Delfim Neto.

É comum dizer-se que o Nordeste continua na mesma, com relação a anos passados. Isto não corresponde à verdade: ele está muito pior. A queda progressiva da economia nordestina é simplesmente alarmante. A região passou a produzir mais, a oferecer maior produtividade por hectare, a exportar maior volume de produtos para o Centro-Sul, mas a receber menos dinheiro por seu trabalho.

Nos últimos dez anos, o Nordeste teve reduzida a porcentagem de sua produção em relação ao Brasil, de 31,6% para 29%. Teve aumentada a porcentagem de sua produção agrícola sobre a produção brasileira, de 22,5% para 25,2%. Teve acrescida a área cultivada de uma porcentagem de 27% para 31%. Manteve sensivelmente igual a porcentagem da renda interna sobre a renda nacional, passando de 14,8% para 15%. A porcentagem do valor da produção industrial em relação à produção industrial brasileira foi diminuída de 7,13 para 6,7%. E embora representando um terço da população do Brasil, o Nordeste apresenta apenas 7% da produção industrial, conforme revelou o Censo de 1970.

DECLÍNIO INDUSTRIAL

O ex-presidente Juscelino Kubitschek, que fez a promessa de instalar no Nordeste um pólo econômico semelhante ao de São Paulo, no Sul, desenvolveu grandes esforços e esperanças iniciais nos primeiros tempos da Sudene. Mas, depois da ligeira melhoria verificada, no começo de uma arrancada industrial que parecia promissora, o que se verifica é que a própria produção fabril nordestina declinou no último decênio depois de uma reação positiva na década de 1953-1963. Isso a tal ponto que, em 1967, a participação do Nordeste na produção industrial era inferior aos índices de 1950, baixando de 9,7% para 6,8%, segundo dados oferecidos pelo sr. Rubens Costa, ex-presidente do Banco do Nordeste.

Apesar de nascida a Sudene para acelerar o processo de industrialização no Nordeste, este processo passou a ser mais lento do que antes, nos últimos anos, e mais distante dos índices de aceleração da região Centro-Sul.

Se tomarmos como indicador a arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, vemos que o Nordeste participou com apenas 6,42% na arrecadação nacional, em 1968, caindo ligeiramente para 6,28% em 1969, o que parece confirmar não só o pouco impulso que se está dando à sua industrialização, como também o ritmo mais rápido do crescimento da produção industrial em outras regiões. Apenas a título de comparação, vale salientar que a arrecadação do IPI no Rio Grande do Sul é superior à de todo o Nordeste, elevando-se a mais de 7% da receita tributária daquele imposto.

Nas três maiores cidades do Nordeste — Recife, Fortaleza e Salvador — as pesquisas da Sudene acusam: no Recife, os dois quintos mais pobres da população tiveram sua participação na renda global diminuída de 16,5% para 3,2% nos últimos seis anos; em Salvador, a redução foi de 14,1% e em Fortaleza, 40% da população tiveram sua participação na renda diminuída de 19,2% para 14,1%.

O fenômeno é mais ou menos idêntico em todas as cidades nordestinas, tornando-se dramático em Maceió, por exemplo, onde 50% da população vivem com uma participação na renda, de 17,3% para 8,9%, afinilando-se e concentrando-se nas mãos de uns poucos, de maneira cada vez mais intensa, a riqueza social.

PAGA MAIS, RECEBE MENOS

O saudoso senador cearense Olavo Oliveira costumava dizer que o Nordeste é como o otário da anedota que só compra caro e vende barato. Na verdade, em 1950 a situação do Nordeste na produção industrial brasileira representava cerca de 10%. Hoje caiu a menos de 7%. Mas a porcentagem de arrecadação federal na região, sobre a de todo o país, passou de 5,5%, em 1960, para 7,3% em 1970.

Desta forma, o que se verifica é que a União vem



NORDESTE

cobrando mais a quem recebe menos, e que o próprio Nordeste é que deve andar fornecendo, através de artifícios de arrecadação, as choradas verbas dos incentivos fiscais, cada dia mais fcais e menos incentivos vitoriosos para a região.

Depois de 20 anos de Sudene, a economia nordestina parece, ainda hoje, praticamente idêntica aos perfis de 1950. Naquele ano, a agricultura representava 43% da produção do Nordeste. Dez anos depois, em 1960, reduziu-se esse percentual para 41%. Em 1966, ainda decresceu para 39%, mantendo-se em 1970 em torno de 40%.

A indústria, que contribuía, em 1950, com 12,4% da produção do Nordeste, regrediu esse potencial para menos de 7% em 1960 e decresceu para pouco mais de 6,7% em 1970.

O perfil das rendas regionais pode ser assim definido:

- 35% provenientes da agricultura;
 - 15% provenientes da indústria;
 - 50% provenientes do setor de serviços.
- É tão oneroso o setor de serviços, mantido geralmente apenas pelo Estado, que alguns orçamentos estaduais destinam 100%, e em alguns casos 130% de toda a sua arrecadação tributária para o pagamento de seus funcionários. Esse índice subiu terrivelmente nos últimos anos, havendo alguns governadores, como foi

o caso do sr. Virgílio Távora, no Ceará, que comprometeram o Tesouro com vários milhares de nomeações, consideradas de favor e ilícitas pela opinião pública.

Mas não é apenas por causa dos seus governadores que o Nordeste vê embaraçados seus passos. A mecânica de funcionamento da própria Sudene é responsável pelas mais graves distorções.

INCENTIVOS FISCAIS

Uma estruturação dos incentivos fiscais que não contenha plena garantia de recursos aos projetos aprovados será desperdício de trabalho e de meios aplicados nas pesquisas e estudos tecnológicos para a elaboração dos mesmos projetos.

Vários fatores concorrem para as distorções que hoje se verificam no sistema 34/18. E o mais grave resultado dessas distorções é o elevadíssimo preço real do incentivo no mercado, que ultrapassa muitas vezes a ordem de 20 e até 30% sobre os valores aplicados, contrariando, de resto, a Resolução 5.033 da Sudene.

A elevadíssima comissão que hoje se paga pela aplicação dos recursos dos artigos 34/18 contraria a própria finalidade do incentivo criado pelo governo. Isto porque:

- 1 — muitas empresas que têm projetos — sempre

dispendiosos em termos humanos e financeiros — mesmo depois da aprovação não se aventuram a pagar a taxa tão exorbitante, capaz de comprometer futuramente, em qualquer fase, a conclusão do empreendimento;

- 2 — o imposto de renda, do qual o governo se privou com a finalidade de estimular o desenvolvimento industrial e agropecuário do Nordeste, favorece, em medida não pretendida, os simples intermediários dos aludidos recursos;

- 3 — representa uma retenção na fonte, como recursos que ficam na posição originária da aplicação. No exercício de 1970, as deduções do imposto de renda para aplicação na área da Sudene foram da ordem de Cr\$ 853.700.000,00. Tomando-se por base o exorbitante preço da comissão vigorante no mercado, avalia-se facilmente a sangria que representa esse ônus desnecessário para a execução da política desenvolvimentista posta em prática pelo governo;

- 4 — retarda o ritmo de construção do Novo Nordeste brasileiro, prorrogando por meses, quando não por anos, o início do funcionamento dos novos empreendimentos industriais e agropecuários que contribuem para elevar o valor da produção do Nordeste e, conseqüentemente, o valor da produção nacional;

- 5 — a corretagem do 34/18 transforma-se em atividade de lucro fácil e tem atraído algumas vezes, para seu campo, pessoas pouco criteriosas, até mesmo perigosas, exigindo de todos — empresários, investidores e órgãos públicos — uma vigilância redobrada e onerosa;

- 6 — exige do empresário um imenso esforço de trabalho adicional desnecessário, obrigando-o a desviar suas atenções na implantação do empreendimento propriamente dito, para participar da dura, prolongada e quase interminável batalha da captação de recursos.

É certo que a Sudene, através da Resolução 5.033, tentou regular a matéria, estabelecendo os limites máximos de comissão em 3 e 4 por cento, respectivamente para os projetos agropecuários e para os projetos industriais.

Não adiantam, porém, medidas disciplinadoras, se a oferta dos recursos não estiver garantida por disponibilidades que tornem fácil e normal sua manipulação. A falta dessas disponibilidades, gerando um desequilíbrio entre a oferta e a procura, embaraça a liberação normal e normativa dos recursos.

PULVERIZAÇÃO DO 34/18

A partir de 1968 começou a verificar-se uma pulverização dos recursos destinados à Sudene, e da qual passaram a beneficiar-se vários outros órgãos. Iniciou-se, então, a caracterização de um déficit crescente nas disponibilidades do organismo, cada dia mais esvaziado.

Em 1968, foram depositados 456,7 milhões de cruzeiros, contra 737,4 milhões aprovados para projetos. Em 1969, as marcas foram de 676,9 milhões, contra 822,4 milhões no mesmo sentido. Em 1970, os depósitos foram de 853,7 milhões, elevando-se os recursos aprovados para os projetos a Cr\$ 1.041,22 milhões. O déficit acumulado de 1966 a 1970 — a preços correntes — atinge a impressionante cifra de Cr\$ 641,22 milhões.

Mas isto, como se disse, a preços correntes, isto é, considerando-se o valor dos recursos destinados inicialmente aos projetos. Contudo, tomar-se esse valor a preços correntes é um erro evidente. Os depósitos não são corrigidos monetariamente e permanecem no seu valor nominal fixo e determinado. É imprescindível, assim, aplicar a correção monetária no montante das inversões.

Todas essas distorções levaram a Sudene a uma posição de déficit com relação à demanda de recursos para os projetos, e a progressiva marcha desse déficit pode ser vista no seguinte quadro:

QUADRO COMPARATIVO ENTRE DEMANDA E DISPONIBILIDADE DE RECURSOS ORIUNDOS DOS INCENTIVOS FISCAIS DOS ARTS. 34/18 DA LEGISLAÇÃO DA SUDENE

ANOS	Montante dos recursos dos artigos		DADOS ACUMULADOS		
	Disponibilidade anual	Previsto anualmente por projeto	Recursos Disponíveis	Previsto por Projetos	Deficit
1960	—	—	—	—	—
1961	—	—	—	—	—
1962	5,7	—	5,7	—	—
1963	7,7	7,3	13,4	7,3	—
1964	37,3	26,4	50,7	33,6	—
1965	149,4	33,0	200,1	—	—
1966	226,6	152,4 *	426,7	—	—
1967	351,1	492,8 *	777,8	805,3	167,5
1968	456,7	737,4	1.234,5	1.542,7	308,2
1969	676,9	822,4	1.911,4	2.365,1	446,0
1970	853,7	1.041,2	2.765,1	3.406,3	641,2

NOTA: Inclui projetos industriais e agrícolas, bem como de telecomunicações, energia elétrica. Não inclui os projetos da agroindústria açucareira, administrados pelo Geran. (*Somente relativo aos projetos industriais)

ESTATÍSTICA DA MISÉRIA

Da falência de todos os esforços, inclusive da Sudene, o que resta ao Nordeste é uma estatística de miséria, que parece provocada e estimulada pela concen-

tração de riqueza da região Centro-Sul, que só em matéria de ICM suga a região em muitos bilhões de cruzeiros por ano. Pois, na verdade, assim como diante do imperialismo externo os mais pobres financiam os mais ricos, o Nordeste está realmente financiando, há muito tempo, como mercado de consumo e como contribuinte, o desenvolvimento do Centro-Sul. Até o ICM de São Paulo é pago pelo pobre nordestino, maior herói da batalha da industrialização nacional, construída à custa de um nepotismo fiscal que o nordestino vem pagando há muito tempo.

A situação é de tal ordem, que o problema do Nordeste constitui hoje um risco crescente para a própria unidade nacional. O desemprego ronda todas as capitais da região e em algumas delas, como Recife e Fortaleza, 40% da população não têm ocupação certa ou ocupação nenhuma. Enquanto o emprego no setor urbano cresceu sensivelmente na Guanabara, em São Paulo e no Brasil inteiro, no Nordeste os índices baixaram de 66 mil em 1968, para 52.318 em 1970.

O consumo de proteínas caiu em 56% em toda a região. Os índices de protestos de títulos em cartórios são tão altos que, no Recife, foi necessário abrir mais cartórios para dar vazão às cobranças. No Maranhão, mais de 300 empresas estão com suas atividades suspensas, por atraso com os impostos federais. Em cidades pernambucanas como Palmares, onde se abatiam 80 cabeças de boi por dia, passaram a abater-se apenas três. E o município de Limoeiro, que há poucos anos recebia 10 mil litros de leite diários, hoje recebe apenas três.

A bacia leiteira de Alagoas, das melhores do Brasil, foi reduzida desentossadamente pela queda de consumo. As casas do BNH são abandonadas por grande parte dos moradores, no Recife como em Fortaleza, por incapacidade de pagamento das prestações. Na capital de Pernambuco chegou-se a cortar, por falta de pagamento, a luz de 78 casas em média por dia.

A indústria de construção civil no Recife está liquidada. As maiores empresas do ramo ou faliram ou emigraram. A CCA faliu. A Christiani Nielsen abandonou a praça. A Guaratan, idem. O grupo Fernando Rodrigues, da Contal, transferiu-se com armas e bagagens para o Sul. O grupo Lindinaldo Uchoa de Medeiros — grupo Lume — Nova York — radicou-se definitivamente no eixo Rio-São Paulo e está se despedindo de Pernambuco. A Construtora Loy, que tinha o maior número de obras na região, está paralisada.

O Nordeste inteiro só não está paralisado porque, na verdade, está andando para trás — pelo menos com

PRODUÇÃO AUMENTA MAS SEU POVO ESTÁ MAIS POBRE

Gato escondido com rabo de fora :

À transa do mar territorial muito badalada no Carnaval de 72 com a música "Esse Mar é Meu", não teve um desfecho muito feliz na última sessão (janeiro/fevereiro) do Comitê Jurídico Interamericano que surpreendentemente — porque a matéria se arrastava desde 71 — aprovou um documento de 15 pontos sobre os direitos do mar, onde prevalece a tese patrimonialista.

Por enquanto, há dois conceitos sobre os mares costeiros: o patrimonial e o territorial. No primeiro caso, o Estado costeiro dispõe apenas dos recursos naturais da sua faixa marítima, enquanto que no outro, como se o mar fosse uma extensão de seu território, a sua soberania é absoluta podendo inclusive proibir a navegação, o sobrevôo e a imersão de cabos telegráficos às outras nações.

Quando se reconhece a vitória do mar patrimonial não se está afirmando que a sua doutrina esteja diluída integralmente pelos artigos do Projeto de Dittames sobre os Direitos do Mar. Claro que as coisas ultrapassadas só tornam a vingar se, pelo menos, fazem pequenas modificações. Foi o que aconteceu. Talvez porque achassem que seria muita provocação propor ao Conselho da OEA as 200 milhas e o mar territorial, a maioria dos membros do CJI resolveu segurar as 200 milhas em troca da territorialidade.

Numa manobra de última hora o Comitê dividiu as 200 milhas em duas zonas: uma de 12, onde se aplica o conceito de mar territorial e a outra de 188 onde reaparecem os postulados do mar patrimonial. Tudo isso, mais a exclusividade que possui o Estado costeiro de explorar a sua plataforma, deu origem ao chamado (pelos membros da CJI) Projeto Conciliatório.

Apesar da tremenda concessão, o CJI não está muito tranquilo, porque a partir do dia 4 de abril próximo, quando se inicia o período de sessões ordinárias da OEA, o documento entra em pauta e os donos da organização podem botar tudo abaixo. E, é justamente prevendo esta catástrofe que os representantes dos países latino-americanos vão cair de bico em defesa do projeto durante a reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que será realizada no Panamá, agora, a partir do dia 14.

COMPENSAÇÕES

A posição brasileira foi defendida intransigentemente pelo professor Vicente Ráo, que ao lado do (quem diria!) ex-chanceler de ferro Joaquim José Caicedo Castilla — que em 1962 como ministro das Relações Exteriores da Colômbia ganhou notoriedade por ser o principal artífice da expulsão de Cuba da OEA — e do embaixador peruano Alberto Ruiz-Eldredge, foram os únicos que lutaram pelo princípio da territorialidade.

Admitindo-se a derrota do Brasil é excusado dizer que houve muitas compensações. Primeiro, ficou provado que Nixon estava redondamente enganado quando disse que "para onde se inclinar o Brasil, se inclinará toda a América do

Sul". E isso é bom porque acaba com uma série de ciúmes manifestados por países-irmãos. Segundo, parece que o agouro "o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil" começa a agonizar.

Curioso é que essa besteira também de autoria de um ex-chanceler foi dita poucos anos após a expulsão de Cuba da OEA, exatamente numa época em que o bloqueio econômico a Havana tornava-se mais acentuado, que a escalada dos Estados Unidos redobrava de intensidade no Vietnã e que os fuzileiros navais norte-americanos invadiam São Domingos para restabelecer a "democracia". Como se pode ver, o autor da frase está bem situado historicamente.

O fato, como dizíamos, é que nunca houve uma derrota tão confortadora! Isso sem levarmos em conta que o Projeto sobre os Direitos do Mar foi fruto de uma

decisão política dentro de um órgão da OEA que se diz eminentemente técnico (Jurídico). As razões apresentadas pelo embaixador Eldredge — uma das maiores figuras do Comitê e o grande causídico do governo peruano no processo de nacionalizações de firmas estrangeiras instaladas naquele país — num trabalho de 65 páginas reforçado por uma exposição oral das mais convincentes e que durou quase duas horas, aniquilam qualquer confrontação jurídica.

PIONEIRISMO

A ampliação da faixa costeira do mar não é uma prática das mais recentes — explicou o embaixador. Alguns povos conquistadores como os romanos chegaram até a se exceder no uso desse direito. Eles fizeram do Mediterrâneo o "Mare Nostrum" enquanto a Inglaterra intitulou-se

"Rainha de Todos os Mares". Isso sem falar nas rotas monopolizadas pelas Repúblicas italianas e outros casos menores.

Também não fomos nós que inventamos as 200 milhas — entenda-se nós, os países latino-americanos — mas, ainda que alguém duvide, esse limite surgiu nos Estados Unidos, a partir da década de 30 — assegurou Ruiz-Eldredge. E a seguir passou a enumerar:

Em 5 de setembro de 1939, o presidente Roosevelt ordenou através de Decreto o patrulhamento das costas dos Estados Unidos e das Índias Ocidentais até uma distância de 200 (DUZENTAS) milhas, com o objetivo de prevenir as atividades beligerantes, oportunidade em que o mandatário norte-americano declarou que AS ÁGUAS TERRITORIAIS (sic) DOS ESTADOS UNIDOS SE ESTENDERIAM ATÉ ONDE CHEGASSEM SEUS INTERESSES.

Um pouco antes dessa declaração, em 1935, para reprimir o contrabando, os Estados Unidos ampliaram sua faixa costeira até 100 milhas ao Norte e ao Sul e até 60 nas águas intermediárias.

Quando em 1943, o presidente Roosevelt tentou dividir também o golfo do México entre os dois países. E também no caso, explica-se pelas inúmeras divisões de terras entre ambos e nas quais os EUA adquiriram dois Estados e o México perdeu muitos quilômetros de seu território (N.R.). Mas quando Roosevelt pensou em dividir, sua justificativa foi feita da seguinte forma: "Durante muitos anos venho pensando que o velho limite das três e das 20 milhas deve ser substituído por uma regra de sentido comum..."

Em 28 de setembro de 1945, o presidente Truman através do Decreto no. 2667 proclamou os direitos dos EUA sobre sua plataforma continental — que, como a do Brasil, em determinados trechos, ultrapassa o limite das 200 milhas — até o alto-mar. E mais recentemente, no ano passado, o Estado de Massachusetts declarou sua soberania sobre o mar TERRITORIAL de 200 milhas "para a imediata preservação da saúde pública, do bem-estar e dos interesses de sua comunidade", fixando multas de até 10 mil dólares aos infratores e estabelecendo que qualquer tribunal estadual tem competência para julgá-los.

E note-se que todas essas proclamações foram unilaterais e que só depois de 1945, quando os EUA já eram useiros e vezeiros na prática da adoção das 200 milhas, foi que os países latino-americanos seguiram o exemplo: México outubro de 1945; Panamá, 46; Chile e Peru, 47; El Salvador, 50; Argentina, 66; Uruguai, 69 e Brasil, 70. Agora fica o professor William Barnes, representante dos "States", no CJI, tirando uma onda de que está muito mais preocupado com o mar internacional — que é propriedade da Humanidade — do que com os mares costeiros, os quais, ele acha, deveriam ser regulados por acordos bilaterais ou multilaterais. É o caso de dizer: mares dos outros é muito gostoso; mas deixar os outros pescarem nos nossos é coisa que não podemos tolerar.



EUA SÃO PIONEIROS DAS 200 MILHAS E DO MAR TERRITORIAL



POR POUCO, UMA NOVA MATANÇA

A vitória da Unidade Popular, coligação de esquerda que elegeu e apóia o governo de Salvador Allende, mereceu de O Globo um título em que o jornal se mostra "surpreso" com o resultado das eleições parlamentares no Chile.

A surpresa é cínica, pois todos os observadores imparciais sabiam de antemão que Allende tem garantido o apoio popular ao seu governo, apesar das informações em contrário das agências internacionais, geralmente transmitindo notícias tendenciosas que não dão o verdadeiro ângulo da situação chilena.

Surpresa pode ter havido, sim, quanto à oposição conseguir manter a maioria no legislativo. Mas isso também era esperado, e o importante para Allende é que cresça o apoio popular ao seu governo, apesar das crises pré-fabricadas pela reação no Chile, sustentada financeiramente pelas grandes empresas estrangeiras (leia-se norte-americana).

Para o presidente chileno, deve ser confortador e estimulante para prosseguir as

suas metas, o fato de que um número maior de pessoas, depois de ver na prática a sua ação, manifestar-lhe o apoio nas urnas. Quer dizer: muitos que deixaram de votar com ele, agora que estão sentindo o resultado da mudança nos rumos do Chile, passaram para o seu lado. E porque, no cômputo geral, ele está acertando.

Com tudo isso, uma lição: ao contrário de tempos anteriores, quando o dinheiro ainda conseguia enganar muitos por muito tempo, o dispêndio de dólares da ITT, do truste do cobre e outras poderosas empresas estrangeiras que estão tendo os seus interesses decepados por Allende, adiantou muito pouco.

INCONFORMISMO

Mesmo diante dos números, Eduardo Frei, o líder dos democratas cristãos chilenos, quer cobrir o sol com uma peneira. Anda deitando falação sobre a "vitória"

da oposição, quando se viu justamente o contrário. Disse ele, depois das eleições:

"O povo chileno manifestou de forma inequívoca sua oposição ao programa e aos resultados da gestão do governo, que se manifestam na inflação mais alta do mundo na escassez, no racionamento, nas filas, na desvalorização da moeda, na falência do comércio exterior e, nos próximos meses certamente, na fome física do povo. Tudo isso ocorre num país que estava em pleno desenvolvimento econômico e social e que jamais havia conhecido tamanha catástrofe."

Muito interessante o sr. Frei. Quando ele presidiu o Chile sem uma oposição tão

radical e sem pressões externas tão grandes, nem por isso a inflação deixou de atormentar o país; a moeda chilena também não deixou de desvalorizar-se; o comércio exterior era quase todo feito com lucro para as empresas que exploravam (e algumas ainda exploram, apesar das medidas de Allende); e o povo (povo mesmo, não as minorias privilegiadas, únicas prejudicadas com o racionamento de certos gêneros) não comia mais.

Não adianta o choro dos mal-amados. Quando terminar o seu período de governo, Allende estará mais forte do que quando entrou, e fácil para ele será eleger o seu sucessor.

"GLOBO" ALIENADO

Por pouco o mundo não assistiu, estarecido, a uma reedição dos rotineiros massacres de índios nos Estados Unidos, mais precisamente em Wounded Knee, Dakota do Sul. O que desta vez salvou os peles-vermelhas, foi que o mundo moderno propiciou uma facilidade de comunicação de tal forma, que o drama dos indígenas estava sendo acompanhado por todos, passo a passo. Mas que houve intenção de um novo massacre, lá isso houve.

Basta ver as medidas tomadas pelos agentes federais norte-americanos: até blindados estavam cercando os índios, que na verdade iniciaram o movimento armado mais para chamar a atenção sobre o estado em que estão vivendo do que para sair para a briga.

Os Estados Unidos, que vivem se ufanando de ser o maior país do mundo, não se envergonham de continuar explorando um dos seus grupos minoritários, não tão pequeno assim. Atualmente e vivem no chamado Colosso do Norte 600 mil índios, 400 mil em reservas e restante trabalhando em cidades.

Dissemos explorar, e aí não há exagero. No "Jornal do Brasil" da semana passada, uma excelente matéria ao lado do noticiário sobre o movimento indígena, deu bem uma idéia dessa exploração. Diz lá:

"... O Departamento de Assuntos dos Índios cuida de 489 tratados, cinco mil leis e 363 instituições. Sobre a grave situação dos índios, existe um relatório publicado em 1969, pela Defesa dos Assuntos Indígenas; uma entidade filantrópica particular e dirigida ao Departamento:

"— O chefe dos índios Cherokee é es-

colhido pelo Presidente dos Estados Unidos. É um índio pela metade porque nem sabe falar o dialeto. Além disto, faz parte do Conselho Administrativo da Phillips Petroleum Company, que comprou os terrenos ricos em minerais dos índios em Oklahoma.

"— Na reserva de Pine Ridge, em Dakota do Sul, o Departamento destina 8.040 dólares anuais por família aos Sioux, para ajudá-los a vencer a pobreza. Entretanto o orçamento médio de cada família é de 1.910 dólares por ano.

"O Haskel Institute é estabelecimento de ensino superior destinado aos índios. Fica em Lawrence, no Kansas. A garçoneete recusa-se a servir estudantes índios e acrescenta: "A lei de direitos civis de 1964 me obriga a servir negros, não índios".

"— Em Washington os índios são impedidos de pescar salmão, reservado às empresas comerciais. Por isto eles passam fome. Entretanto, o direito de pesca foi reconhecido pelos Estados Unidos, a título de indenização por suas terras.

"— Uma garotinha ficou indignada na escola, em Washington, porque os manuais de História qualificam seus antepassados de "selvagens". Foi excluída como "criança difícil". Segundo os membros desta entidade de defesa, a Secretaria de Assuntos dos Índios não tomou qualquer providência para acabar com os abusos."

O que aí está dito, esclarece muita coisa. Os índios, que são na verdade os primeiros norte-americanos, têm, no seu país, menos direitos que os negros. Que praticamente não têm nenhum, lá.

Envergonhados do atraso do País, da mestiçagem da sua população e da sua nenhuma importância no concerto mundial — sem coragem e, mesmo, sem interesse na modificação de situações que nos vexam — temos vivido provincianamente preocupados com a criação, para uso interno, de uma boa imagem externa. Para sermos conhecidos no estrangeiro — em retratos cor-de-rosa, naturalmente — não escolhemos meios. E isso, a ponto de acharmos que faremos a Europa curvar-se ante o Brasil com um simples chute do rei do futebol.

Em princípio, ninguém pode ser contra a divulgação do País no estrangeiro. Jamais, porém, poderemos forçar a aceitação de uma boa

imagem do Brasil em termos de contrapropaganda e, muito menos, apelando para descaradas "matérias pagas". Temos de classificar os leitores que queremos atingir, pois a isca para apanhar o turista não é a mesma que o investidor está disposto a morder. Depois, há o problema da redação da matéria, que deve ser feita por quem conheça bem o Brasil e saiba escrever para um público estrangeiro.

O jornalista nativo não tem condições de estabelecer uma boa co-

municação com o leitor inglês, norte-americano, alemão ou japonês, além de que — devido ao fato de ainda ser vicária a atividade intelectual entre nós — esse tipo de propaganda sempre abre as portas aos traficantes de influência literária. E, na competição, vence o mais apadrinhado e não o melhor equipado. Por outro lado, quando é um estrangeiro que escreve a nosso respeito por encomenda — como o sr. Robert Moss, no recente encarte de *The Economist* — nada entende do

Brasil.

O fato mesmo é que, por qualquer mão que tentemos "vender" uma imagem ufanista do País — utilizando historiadores australianos, sociólogos alemães ou economistas baianos — não lograremos êxito com publicidades grosseiras, com o seu custo ostensivamente coberto por ampla inserção de anúncios de favor. E nenhum jornal ou revista, nos cinco continentes, se preocupará com a nossa boa imagem só pelos nossos belos olhos.

PROPAGANDA CONTRAPRODUCENTE



O LEITOR EM DEBATE

POLÊMICA SOBRE FUSÃO

Do leitor Marco Antônio Furtado, do Leme, Rio, chegou a seguinte carta:

"De repente volta como assunto na imprensa carioca a fusão Guanabara-Estado do Rio. Toda uma "banda" com "maestros" selecionados tocam a mesma lenga-lenga de sempre. Infelizmente eles revelam que defendem muito mais seus restritos interesses que os da população dos dois Estados. E o artigo do JORNAL DE DEBATES no. 3 pode ser colocado entre os que acompanhando o ritmo da "banda" da FIEGA defendeu quase em todo ele o interesse de uma classe: empresários e industriais da Guanabara.

Assim é que ao mostrar a perda crescente do dinamismo da economia carioca, citando inclusive algumas causas da atual situação, o artigo apresenta como solução da crise no setor industrial a simples obtenção de distritos industriais, onde inexistisse especulação imobiliária, liberando recursos para investimento em equipamentos e imóveis. Ora, a solução mágica proposta para o setor pelos senhores é por demais ingênua e de alcance diminuto, se vemos a crise econômica da Guanabara por outras lentes não as dos óculos dos senhores empresários. O autor "esqueceu-se" de que os próprios empresários são em muito responsáveis por esta especulação, e que os problemas da indústria carioca estão dentro de um conjunto de circunstâncias nacionais e não se solucionam com a simples deflação imobiliária proposta. Problemas maiores existem como os incentivos fiscais em diversas regiões do país, o vigor da economia paulista que atrai indústrias aqui instaladas a para lá se transferirem, capacidade empresarial etc.

Devido à "pressa" do autor em abordar as vantagens para o Estado do Rio que advirão da fusão, acrescento que se para a Baixada as vantagens poderão ser muitas, vindo talvez ela a ser um novo ABC paulista, para o resto do Estado as vantagens se existem são poucas ou nulas, isso se não ocorrerem desvantagens. O Norte fluminense continuará como é: monocultura da cana, latifúndio de pecuária, êxodo de mão-de-obra barata para o Grande Rio, belezas naturais para o fim de semana de cariocas, pobreza. Se a Baixada talvez se torne o ABC do novo Estado, o Norte fluminense poderá ver seus problemas se agravarem e vir completar a paisagem de "prosperidade" como um novo Vale da Ribeira. O Sul continuará com núcleos pequenos de desenvolvimento ao longo da Rio-SP, enquanto sob alegação climática e facilidade de transporte alguma cidade do Centro lute para ser a "nova Capital".

Neste quadro todo interior fluminense continuará como é: pobre. E não serão "estudos" e artigos "apressados" (ou encomendados?) e baseados em interesses de uma minoria que poderão solucionar os problemas econômicos dos dois Estados com o passe de mágica: fusão.

Nesta altura devem pensar que defendo interesse partidário, porque segundo os senhores só eles estão contra a fusão. Enganam-se. Nem sou político nem sou contra a fusão. Acho-a inevitável. Mas enquanto a "banda" estiver tocando a partitura de interesses da minoria de empresários e industriais cariocas, não posso e nem milhões de cariocas e fluminenses saírem dançando ao som de música tão desafinada. Afinal, não só de industriais e

empresários é composta a população destes dois Estados".

N.R.: Não seja tão radical, amigo Marco Antônio. Só porque os empresários são a favor você é contra? Eles podem ter lá os interesses deles, nós vemos o problema por outro ângulo, mas, pelo menos quanto à necessidade da fusão, nossos pontos-de-vista coincidem. O artigo não foi encomendado não, pode ter certeza. É o que pensamos ser melhor para os dois Estados. Escreva sempre, você tem direito a ter a sua opinião. Como nós a nossa.

LUCANÁRIO NO CENTRO CÍVICO

Esse lucanário é fogo, nos forçou a consultar o dicionário e, segundo este, é um termo técnico de arquitetura que significa (textualmente) o intervalo de duas vigas numa construção.

Segundo nos escreveu o leitor Manoel Roque de Mello, industrial residente em São Paulo, no bairro do Tatuapé, o difíceis lucanário é quem "está unindo o governador Chagas Freitas e o panfletário Roberto Marinho no complô para mudar a construção do Centro Cívico, da Barra da Tijuca para o canal do Mangue". Afirma o sr. Roque que os dois já armaram suas vigas ali (refere-se aos prédios e terrenos dos dois vivaldinos) e agora, "um com a gazua do O Globo e o outro com a do poder eventual de governador, mesmo conscientes do atentado em que se converteria a medida, se efetivada (o grifo é nosso), tramam no sentido de desprezar o magnífico trabalho do arquiteto Lúcio Costa (já convertido em lei) — o artífice de Brasília junto com Oscar Niemeyer — "só visando multiplicar o valor do patrimônio imobiliário que possuem". E arre-mata: "Mas não acredito que consigam tal desiderato, a não ser que já tenha sido decretada a falência moral e tudo o mais que resta de dignidade nas altas autoridades federais e militares deste País".

NR: De pleno acordo, sr. Roque, mas as coisas simplesmente acontecem neste Brasil Grande. Se Carlos Lacerda não tivesse sido jogado a escanteio, naturalmente os dois oportunistas nem estivessem pensando nessa jogada suja. Lembra-se do Parque Guinle? Degenerou num escândalo danado, e Roberto Marinho levou a pior. Mas como os que gritavam foram amordaçados, Chagas e Marinho estão querendo aproveitar a maré do silêncio. Apenas isso. E tenha-nos às suas ordens.

CRÍTICAS NAS BOAS VINDAS

Do leitor José de Arimatéia Nogueira (Salvador — Bahia) recebemos a seguinte carta:

"Senhor Redator — Chefe:

O aparecimento de um jornal ou revista disposto a levantar debates dos problemas da atualidade brasileira, com seriedade e aprofundamento, com um mínimo de independência e imparcialidade, constitui, sem dúvida, um acontecimento memorável.

Damos boas vindas ao JORNAL DE DEBATES e de já tomamos a liberdade de fazer algumas apreciações críticas.

O artigo "ORDENAÇÃO DO SUB-DESENVOLVIMENTO", que recebeu um editorial, está um trabalho de excelente nível, assim como a matéria so-

bre "ESTRUTURA DA RENDA" que aborda um assunto muito debatido com um enfoque objetivo e vigoroso. Na verdade o povo não está ameaçado, nem de longe, a sofrer indigestão por ter comido alguma fatia dos "bolos" do tipo PNB, PIS e RENDA PER CAPITA.

Cabe registrar também que apenas 2 linhas quase foram suficientes para estragar o interessante artigo "FUTEBOL-CRACIA", e mais ainda, comprometer, logo de saída, toda uma linha esboçada nas primeiras páginas do JORNAL DE DEBATES. Desconhecemos o que fizeram Anchieta, Gusmão, Bernardo Saião, Rui, etc "e fazem com que NINGUÉM SEGURE ESTE PAÍS".

Deplorei ainda, na seção "NUAS E CRUAS", a intenção esboçada com a finalidade de criar uma polêmica com o já consagrado semanário "Opinião", só por causa de uma citação do presidente ao famoso ensaísta (como reconhece esse Jornal) Augusto Mayer, na verdade tão desconhecido poeta quanto ao violinista Einstein. Nós aqui da Bahia desejamos-lhes vida longa."

NR: Agradecemos sinceramente a saudação e os elogios contidos em sua carta. O JD precisa de bons críticos e está disposto a abrir em suas páginas todas que forem realmente justas e oportunas. Lamentamos muito que o amigo desconheça o que fizeram Anchieta, Gusmão, Bernardo Saião e Rui Barbosa, pelo nosso País. Quanto a Rui, já divulgamos, neste número, alguns esclarecimentos, e vamos providenciar sobre os outros. No que diz respeito ao tópico final, não houve a intenção alegada, pois não deixamos de tecer aplausos ao excelente semanário dirigido pelo não menos excelente industrial e economista Fernando Gasparian, um dos homens mais bem intencionados, íntegros e sérios deste País. Limitamo-nos a registrar o cochilo do editorialista. O sucesso de "Opinião" para nós é fundamental e muito mais importante do que você possa imaginar.

Aceite um abraço, José, e continue escrevendo.

METRÔ CARIOCA

Formado em engenharia hidráulica e "um curioso — como se diz — interessado pelas grandes obras do País", Marcelo Leite Pontual, amazonense radicado em Porto Alegre, nos indaga, em carta, sobre "em quanto está orçado o preço da obra total do Metrô carioca".

Resposta:

Olha Marcelo, não há ninguém neste imenso Brasil nem fora dele que te possa fornecer o montante real da despesa que vai ser tragrada pelo Metrô-GB. O que podemos te adiantar é que apenas dois enormes e perenes buracos — um na Av. Presidente Vargas (área da Central) e outro, na antiga ex-Praça Paris — o monstro, já deglutiu mais recursos internos e externos que todas as demais obras da Guanabara já feitas nos últimos 20 anos. O nosso Metrô, que dificilmente ficará pronto antes do ano 2000, já enriqueceu muita gente e vai enriquecer muito mais. Basta saber que mesmo não existindo ele tem um quadro de funcionários respeitável, não sei se maior ou menor que o da Prefeitura de Paris, mas que é grande não há dúvida. E seus dirigentes, lotados num órgão fantasma denominado de CEPE-2, se não nos falha a memória, recebem inclusive jetons por "reuniões extraordinárias", independentemente dos polpudos vencimentos que auferem dos

contribuintes já tão sacrificados por uma orgia de impostos e taxas. E tem mais: além do tumulto e do atravancamento que seus buracos provocam no centro da cidade, por serem inconclusivos e eternos, além de se constituir numa modalidade de meio de transporte já superado em quase todo o mundo, o nosso Metrô,



conforme antevê o gênio místico de Betovem está fadado a produzir muitas tragédias no Rio de Janeiro, onde as águas costumam rolar, de vez em quando, com fúria assassina.

LIBERTINO OU AMORAL

O leitor carioca Themis Duvivier nos escreve para externar a onda de receio que tomou de assalto os membros de sua família (esposa, seis filhos — quatro moças e dois rapazes) e chegou a contagiar até alguns parentes e amigos.

"Amantes da cultura geral e das artes plásticas em particular, diz ele, conseguimos através de quatro gerações organizar uma razoável biblioteca e uma pinacoteca que, mesmo não sendo de causar inveja, reúne algumas obras importantes, dentre elas seis magníficas telas do extraordinário gênio que é Picasso. Até aí não haveria motivos para receios, mas ocorre que quatro delas são nus artísticos. Isto com relação a Pablo Picasso, pois temos mais onze quadros assinados por outros pintores não menos famosos, também de nus, a maioria adquiridos na Europa, nos últimos 50 anos por minha mãe e meus avós paternos. Esses quadros já foram elogiados por muitas pessoas de destaque, nacionais e estrangeiras, inclusive diplomatas refinados e em plena evidência, cujos nomes preferimos omitir.

Nossos quadros — prossegue — nunca chocaram ninguém e sempre foram motivo de orgulho para nós. Mas depois que o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, superando mesmo toda a fúria da mente enferma de Jânio Quadros, se insurgiu contra o que classificou de erótico na produção de Picasso, o temor de que sejamos tomados por um bando de amorais, libertinos ou mesmo imorais, está quase nos impelindo a vender ou mandar para fora do Brasil esse patrimônio da família. Que sugerem os senhores? Cordiais saudações, etc. etc."

NR: Sr. Duvivier, nosso Ministro Buzaid é um sectário do puritanismo e sua austeridade é tão grande que ele não pode admitir nem suportar essas "indecências" de nus artísticos. Já é voz corrente que ele vai mandar vestir de smoker todas as imagens de Cristo existentes em nossas igrejas. Salve seus quadros e sua pele mandando-os, pelo menos por enquanto, para bem longe do Brasil, mas não se desfaça de patrimônio tão valioso. — É o que podemos lhe aconselhar. Obrigado pela cartinha e continue escrevendo.

Chico Buarque, sociólogo

ADALBERTO PARANHOS

Chico Buarque de Holanda, depois da gravação do elepê *Construção*, fixou em definitivo sua posição de poeta maior da música popular. Como se não bastara, por exemplo, toda a tessitura do drama íntimo que marca o filho da... (prostituta) em *Minha História*. Como se não bastara, igualmente, pôr em evidência o problema da absorção do humano pelo Cotidiano. Como se não bastara cantar em ritmo proparoxítono *Construção*, na qual — à semelhança do aprendiz de feiticeiro que liberou os segredos da natureza e se sentiu impotente para dominar as forças libertadas — o homem, e mais particularmente o homem explorado, se vê tragado pela própria obra.

Como se não bastara tudo isso e muito mais, Chico ainda nos oferece *Deus lhe Pague*. Traça nessa música-poema parte do perfil sociológico do homem simples, cuja tendência mística, aliada ao providencialismo algo fatalista e à formação histórica e cultural do brasileiro, o leva — por força das manipulações das elites — a render graças aos seus algozes e a Deus. Não só a expressão *Deus lhe Pague*, aliás, se localiza, conforme Tales de Azevedo em *Cultura e Situação Racial no Brasil*, "a confiança, quase caberia dizer a virtude teológica da esperança na assistência de Deus, que parecem típicas de nossa gente." (1)

Não obstante sofrido, o homem-massa agradece às classes dominantes as migalhas do "pão pra comer", os palmos do "chão pra dormir", até mesmo "a certidão pra nascer" e, contrastando com o seu mundo de tristezas, "a concessão pra sorrir".

— Obrigado, meu feitor, pelo prazer de chorar.

Reduzido na sua significação humana a mera coisa, ele — um anti-homem — se anima a ponto de demonstrar gratidão pelo ópio do futebol proporcionado às massas, assim como o "crime pra comentar" (viva O Dia! viva Notícias Populares! etc.), o "domingo que é lindo" (viva Sílvia Santos, Flávio Cavalcanti, Chacrinha e outros que tais) e a "novela, missa e gibi" das horas de lazer.

Estagiando há séculos e séculos além na faixa da intransitividade ou da transitividade ingênua, segundo as precisas expressões largamente utilizadas por Paulo Freire em *Educação como Prática da Liberdade*, (2), o homem simples chega, não raro, a elevar a voz aos céus do mundo, sensibilizado diante da "fumaça", desgracia, que a gente tem que tossir" e dos "andaimes, pingentes, que a gente tem que cair". Maltratado "por mais um dia, agonia, pra suportar e assistir." Sim, assistir, porque o colocaram, sob diversos aspectos, à margem da história. Resume-se em geral a uma espectador, na típica atitude do grosso dos homens-massa, cuja vida os submete em parte a um simples cruzar de braços, caracterizados pela Carolina e Januária, acostumadas a observar o mundo da janela, incapazes ou temerosas do comprometimento.

"Carolina, com seus olhos fundos
Guarda tanta dor, a dor de todo este mundo

Eu já lhe expliquei que não vai dar
Seu pranto não vai nada ajudar...

... Nosso barco partiu
Eu bem que mostrei a ela
O tempo passou na janela
E só Carolina não viu"

"Toda gente homenageia Januária na janela

Até o mar faz maré cheia pra chegar
mais perto dela

O pessoal desce na areia e batuca por



aquela

Que malvada se penteia e não escuta quem apela"

Este homem, um autêntico morto-vivo, recebe, então, num dia qualquer, em um lugar qualquer, a visita das "moscas-bicheiras a nos beijar e cobrir" e, morrendo, alimenta o sonho de começar a viver, por decorrência da "paz derradeira que enfim vai nos redimir". Este mesmo homem que elegeu a esperança como norma de vida em *Pedro Pedreiro*, pois a realidade nada lhe podia acenar senão com a consolação da esperança, contristadora e aviltante condição do "brasileiro, profissão esperança".

"Pedro pedreiro está esperando a morte

Ou esperando o dia de voltar pro Norte

... No desespero de esperar demais
Pedro pedreiro quer voltar atrás
Quer ser pedreiro pobre e nada mais
Sem ficar esperando, esperando, esperando

Esperando o sol, esperando o trem
Esperando o aumento para o mês que vem

Esperando um filho pra esperar também..."

Deus lhe Pague constitui, enfim, um retrato, sem retoques, do dia-a-dia do homem-massa, obrigado a pedir licença para viver. Num mundo no qual — diante da coisificação da sociedade e do seu contingente humano — o homem perde o próprio endereço. Por isso, sob determinado aspecto, o homem construiu a técnica e a técnica está destruindo o homem. A secundarização dos contatos

sociais, a partir da indiferença, do pouco ou nenhum interesse de uns pelos outros e da oposição de interesses, nos conduz ao "amor mal feito, depressa, fazer a barba e partir". Seja por consequência mesma da estrutura econômico-social e seja por consequência mesma da imaturidade espiritual do homem.

Não fora a realidade movida por condições, não fora a evolução uma resultante de forças antagônicas em interação dialética, e não haveria razão senão para desesperar. Desesperança que, se impregnada de realismo, domina toda a *Roda Viva*, de Chico Buarque; encontra, porém, a sua antítese em *Apesar de Você*, onde o poeta canta, a plenos pulmões:

"Amanhã vai ser outro dia

... Como vai proibir quando o galo insistir em cantar?

... Você vai se amargar vendo o dia

raiar sem lhe pedir licença

E eu vou morrer de rir, este dia há de vir

antes que você pensa

Apesar de você

... Como vai se explicar vendo o céu

clarear, de repente, impunemente?

Como vai abaçar nosso povo a cantar

na sua frente?

Apesar de você!"

(1) Tal qual o reconhece Otávio Ianni em *A Mentalidade do Homem Simples*: "Esse interesse novo do pensamento brasileiro pelo homem comum nasceu e desenvolveu-se amplamente durante a vigência da democracia populista (1945 — 1964)". Simultaneamente à emersão das classes populares urbanadas processada nesse período de trânsito, empreendeu-se, nas artes e nas ciências sociais, uma "fe-

nomenologia da Consciência ingênua". Dela despontam, dentre os componentes fundamentais, o misticismo (ou o conformismo) e a violência quer combinados, quer isolados, predominando o primeiro sobre o segundo, como o sugere Chico Buarque de Holanda, principalmente após a derrocada da democracia populista. Indo mais longe no exame dos antecedentes históricos do mutismo no Brasil, convém ter presente Paulo Freire: "Nas grandes propriedades, separadas uma das outras pelas próprias disposições legais, por léguas, não havia mesmo outra maneira de vida, que não fosse a de se fazerem os "moradores" desses domínios "protegidos" dos senhores. Tinham de se fazer protegidos por eles, senhores todo-poderosos, das incursões predatórias dos nativos. Da violência arrogante dos trópicos. Das arremetidas até de outros senhores. Aí se encontram, realmente, as primeiras condições culturais em que nasceu e se desenvolveu no homem brasileiro o gosto, a um tempo, de mandonismo e de dependência, de "protecionismo", que sempre floresceu entre nós em plena fase de transição. ... O mutismo não é propriamente inexistência de resposta. É resposta a que falta teor marcadamente crítico." Acrescente-se a isso que a fase de industrialização conservou o princípio da autoridade irracional, sob o disfarce da eficiência e racionalidade capitalistas, pelo qual as decisões assumidas se definem em função de interesses de minorias. Daí advém, especialmente nos países subdesenvolvidos, toda uma série infundável de medidas de manipulação, a ponto de converter-se, por exemplo, o sindicalismo no Brasil em técnica de controle social.

(2) Ao se propor a análise da nossa inexperiência democrática, Paulo Freire nos adverte do perigo da consciência ingênua descambar para o irracionalismo e o sectarismo. Formula-nos também o convite para trabalharmos na criação de condições propícias à promoção das massas ao status de povo. Em *Quem É o Povo no Brasil*, Néelson Werneck Sodré assim o conceitua: "Em diferentes fases históricas e em diferentes países, portanto, o conceito de povo corresponde a diferentes agrupamentos de forças sociais. Há uma composição específica para cada situação concreta; não uma situação eterna e imutável; povo não é a mesma coisa em diferentes situações históricas. Mas, evidentemente, encontra-se um traço geral, permanente, que atravessa a história e se repete em cada lugar, algo que existe em qualquer tempo e em qualquer lugar, quando se trata de povo e se procura definir o conceito, para compreender o papel dessa força social na vida política. Esse traço é o seguinte: em todas as situações, povo é o conjunto das classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas do desenvolvimento progressista e revolucionário na área em que vive."

Luís Gonzaga Jr. "traduz" Chico Buarque

Não se pode, sob pena de cometer pecado mortal à verdade, dizer que Chico Buarque seja um poeta empolado. Pelo contrário, seu vocabulário surge em grande parte do dia-a-dia. Não se reduz a isso, no entanto. Vai muito além, trabalhando como um artesão da literatura, a mensagem a transmitir. Mas nas atuais circunstâncias, temeroso, segundo suas próprias palavras, de que o Brasil "vire um Portugal", ele se vê por vezes forçado a falar não só pelas linhas como notadamente pelas entrelinhas. Está aí *Construção* que não nos deixa mentir.

Luís Gonzaga Jr., entretanto, realiza em seu compacto simples recentemente lançado, uma espécie de tradução (intencional ou não, não vem ao caso, porque a

realidade nos fere a todos) da linha de pensamento musical de Chico Buarque. Mais simplesmente, sem a mesma elaboração poética, nele também, a música e o ritmo, tal como acontece em várias composições de Chico, aparecem como complemento. *Comportamento Geral* — que para sua honra provocou taras e iras entre jurados do Programa Flávio Cavalcanti — e *Sorriso nos Lábios se integram às preocupações que freqüentemente ressurgem entre nós: cantar e denunciar o comportamento do homem-massa, entregue ao domínio dos mecanismos de alienação política e social.*

Para o tira-dúvida comparem-se, por exemplo, *Deus lhe Pague* (v. ao lado Chico Buarque, Sociológico) e *Comporta-*

mento Geral, do filho do Luís Gonzaga: Você deve notar que não tem mais tutu/E dizer que não está preocupado/Você deve lutar pela xepa da feira/E dizer que está recompensado/Você deve estampar sempre um ar de alegria/E dizer tudo tem melhorado/Você deve rezar pelo bem do patrão/E esquecer que está desempregado/Você merece, você merece/Tudo vai bem, tudo legal/Cerveja, samba e amanhã, seu Zé, se acabarem com seu carnaval?/Você deve aprender a baixar a cabeça/E dizer sempre muito obrigado/São palavras que ainda lhe deixam dizer/Por ser homem bem disciplinado/Deve, pois, só fazer pelo bem da nação/Tudo aquilo que for ordenado/Pra ganhar um fuscão no juízo final/E diploma de bem comportado/Você merec... (bis)

Quem é quem nas trevas da sucessão de S. Paulo

MILTON S. PASSOS

Há muita gente importante, e até mesmo sem importância alguma, picada, em São Paulo, pela mosca azul, com vistas à sucessão do Governador Laudo Natel. Sobre as sem importância, o preferível, pelo menos por enquanto, é não dizer nada, e deixá-las sonhar, pois este país, de uns tempos para cá, transformou-se numa caixa de surpresas, dando margem a que todos os impossíveis aconteçam. Por isso, melhor é não arriscar. Seria o mesmo que jogar contra o imponderável. Os exemplos estão aí para quem os quiser ver: Filinto Müller na presidência da Arena, do Senado e do Congresso Nacional; Raimundo Padilha na chefia do executivo fluminense; Flávio Marcílio na presidência da Câmara dos Deputados; Nina Ribeiro numa vice-liderança da bancada situacionista; Benjamim Farah (professor de Moral e Cívica do Pedro II e mais arenista que o próprio Nina) na Executiva Nacional do MDB e no Senado; Chagas Freitas (outro Farah redivivo) ironicamente posando de governador — do MDB — da Guanabara, mas onde a Arena e o governo federal dão as cartas. Eis por que o preferível é silenciar a respeito dos improváveis de hoje, que podem ser transformados nos prováveis de amanhã.

Então falemos dos prováveis de hoje, sem levar em conta as incertezas do futuro.

Em matéria de cotação para suceder a Laudo Natel no Palácio dos Bandeirantes, o páreo está sendo disputado, na dianteira, por Figueiredo Ferraz, atual prefeito de São Paulo, e Paulo Maluf, ex-prefeito e atual Secretário de Transportes (o

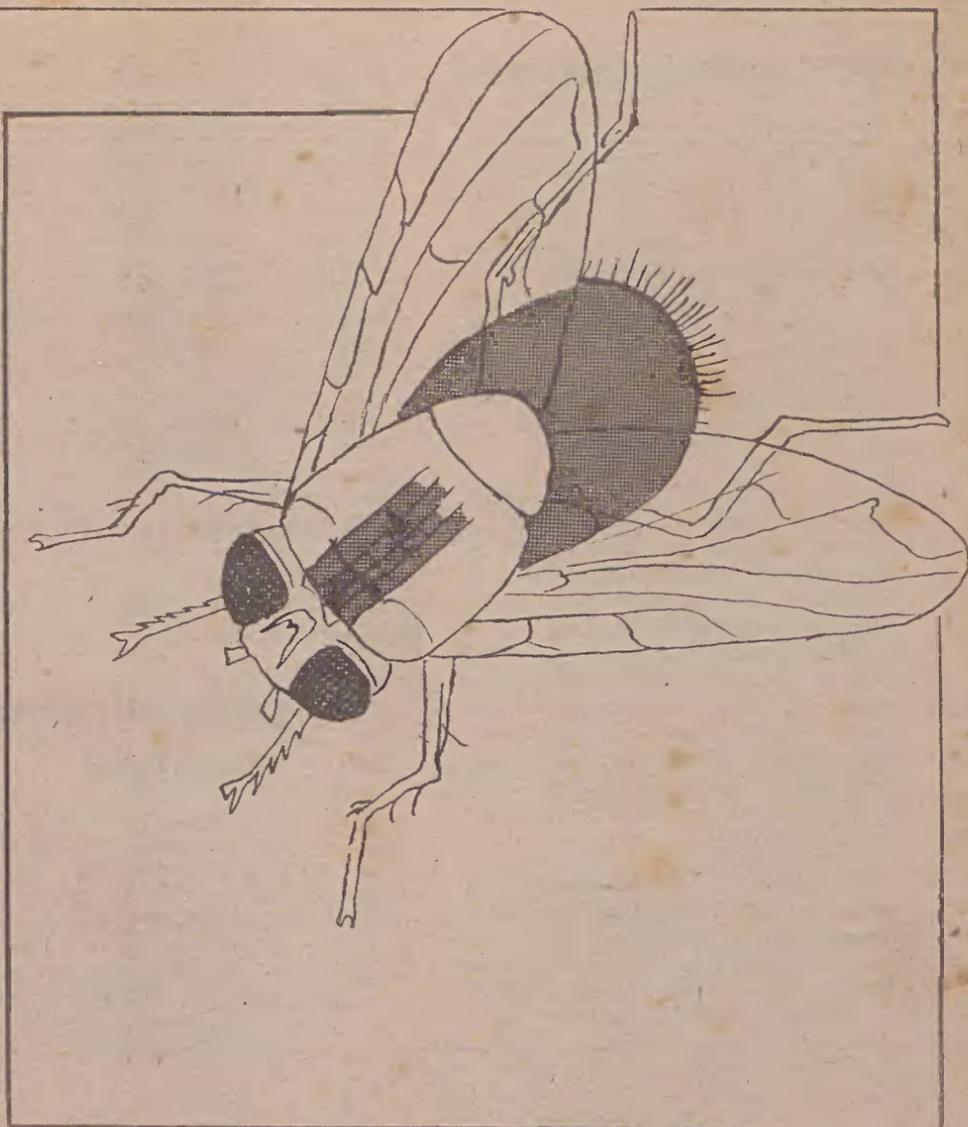
Andrezza de lá) do Estado. O grande trunfo de Ferraz é o metrô, obra inquestionavelmente que o paulista, dentre outras tantas, há de ficar devendo ao dinamismo e à visão do saudoso brigadeiro Faria Lima (carioca de Vila Isabel).

Algumas linhas prioritárias do sistema, provavelmente duas, serão inauguradas em sua administração. Isso, mesmo em eleições livres, penderias de sufrágios secretos e diretos, universalmente em vigor nos países que adotam o regime democrático, vale votos populares. Em eleições indiretas, pode valer muito e nada ao mesmo tempo.

Tudo dependerá do escolhedor, para muitos dos quais a simpatia se sobrepõe aos méritos; a amizade pessoal às qualidades e à competência. Desse modo, a rigor, já que o povo continua marginalizado no seu direito de escolha, e os ibopes não conseguem fazer adivinhações tudo esbarra no imprevisível.

Se, no entanto, o postulante monta um serviço de divulgação promocional, como fez o Rubem Costa no Banco do Nordeste, termina impondo sua imagem à meditação dos que têm a capacidade de escolher. Foi com uma assessoria de Imprensa fecunda em maquinações e liberalíssima em matéria de dinheiro que Rubem Costa, antes totalmente desconhecido, pulou do Banco da Amazônia para o BNH e virou trunfo no governo federal.

Então não seria asneira dizer-se que Figueiredo Ferraz está no páreo da sucessão bandeirante. Contra essa justa aspira-



ção sua, do que veio a público, só há mesmo aquela divergência entre ele e o general comandante do II Exército, por causa da cobertura que o prefeito estava dando ao truste dos supermercados em detrimento das feiras-livres, onde a grande massa de subassalariados de SP adquire sua magra alimentação. Em termos de voto popular esse comprometimento por certo liquidaria com a pretensão de Ferraz. Mas isso é coisa do passado, o povo não vota e ele pode ainda ser o escolhido.

O outro picado pela mosca azul da sucessão e com excelentes chances é o Paulo Maluf, que não só pode explorar também uma boa fatia do bolo do metrô, posta no fogo à época em que foi prefeito, como tem a exibir outra série considerável de obras públicas, realizadas em sua presente gestão à frente da Secretaria dos Transportes. E Paulo sabe aparecer e agradar como ninguém. Sobretudo, tem tanto dinheiro que até pôde prescindir das verbas pagas pelos contribuintes para se promover. Fez isso com absoluto sucesso no governo anterior. Dona Iolanda Costa e Silva foi exaustivamente homenageado e presenteada por sua mãe que, faça-se justiça, mesmo não saindo de dentro de sua riquíssima mansão, faz melhor política de bastidores que 90 por cento dos atuais políticos bandeirantes. Tanto assim que conseguiu uma coisa que seria absolutamente impossível noutras circunstâncias: a elevação do Paulinho à chefia do executivo municipal de São Paulo. E não há dúvidas, ela o pretende

ver alçado a maiores alturas, para isso está trabalhando exaustivamente. Então vale a pena não subestimar essa segunda força, que é de fato poderosa.

Correndo à distância, quase invisível aos observadores da disputa silenciosa, vêm o Ciro Albuquerque, atual Secretário de Administração, e Salvador Julianelli, presidente da Arena paulista. Em relação a este último, já se acha que ele subiu demais para os tão curtos méritos que possui. Quanto ao segundo — vem de novo a bisonhice — o que lhe falta é apenas uma boa assessoria de Imprensa. É um dos secretários que mais produzem e que menos aparecem, por ser quase tímido. Como são tímidos também os seus assessores, com raras exceções, sua luz quase não brilha nas trevas que envolvem a imprecisa sucessão bandeirante. Mas qualidades não lhe faltam, inclusive disciplina e fidelidade comprovadas ao governador.

Estas considerações, obviamente, não pretendem eliminar os banqueiros da corrida. Como é sabido eles andam muito cotados de 1964 para cá, especialmente em SP, onde a maioria deles faz política, age nos bastidores. No período anterior já tivemos Abreu Sodré, no atual temos o Laudo Natel. Logo não seria de se estranhar se próximo chegar a vez do Herbert Levy — já preterido uma vez — ou de outro qualquer que esteja nas boas graças do pessoal do Planalto. Eles não estão inativos, absolutamente, como parece à primeira vista.

DIRETORES
Limeira Tejo
Nelson Brito
SUPERINTENDENTES
Genilson Gonzaga (GB)
Milton S. Passos (SP)

EDITORES
Vinicius Seixas (RIO)
Adalberto Paranhos (SP)
Euro Arantes (MG)
SECRETÁRIO
Antônio Araújo

ARTE
Guima
Aimojara Xavier
Danilo Coelho
Ragnar (ilustrações)

Redação e Administração: Rua Senador Dantas, 117, conj. 2124, tel. 232-9908 (rede interna), Rio-GB • São Paulo: Av. São João, 239, grupos 1 e 2, 7o. andar, tel. 36-2196 • Belo Horizonte: Rua Desembargador Drumond, 111, tel. 26-0669 • Correspondentes no Brasil — Pedro Campos (Brasília), Mário Lima (Salvador), Nivaldo Serpa (Recife) e Paulo Maia (Vitória) • Representantes em Bonn, Roma, Paris e Nova York • Composto e impresso (eletronicamente) na Gráfica Editora Jornal do Comércio, o JORNAL DE DEBATES — propriedade da Editora Tejo Ltda. — é distribuído para todo o Brasil pela Abril S/A Cultural e Industrial, Rua Emílio Goeldi, 575, Lapa, SP. Preço do exemplar atrasado: Cr\$ 2,50.